



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

IVONE MAIRE ANTUNES BEZERRA

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CENTRO DE FORTALEZA E A VIABILIDADE DO
TURISMO URBANO**

FORTALEZA – CEARÁ

2017

IVONE MAIRE ANTUNES BEZERRA

O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CENTRO DE FORTALEZA E A VIABILIDADE DO
TURISMO URBANO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Prof. Dr. Francisco Agileu de Lima Gadelha.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Bezerra, Ivone Maire Antunes.

O patrimônio histórico do Centro de Fortaleza e a viabilidade do turismo urbano [recurso eletrônico] / Ivone Maire Antunes Bezerra. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 113 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Orientação: Prof. Ph.D. Francisco Agileu de Lima Gadelha.

1. Patrimônio Histórico. 2. Turismo Urbano. 3. Centro Histórico de Fortaleza. I. Título.

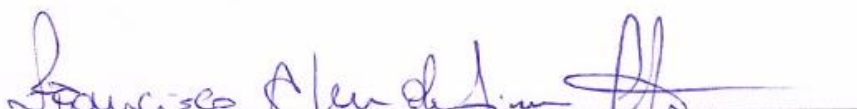
IVONE MAIRE ANTUNES BEZERRA

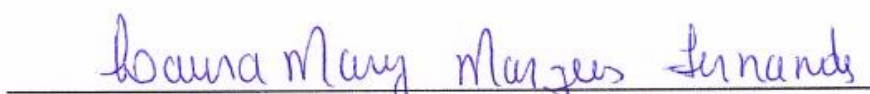
O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO CENTRO DE FORTALEZA E A VIABILIDADE DO
TURISMO URBANO


Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Centro de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Gestão de Negócios Turísticos.

Aprovada em: 07 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Francisco Agileu de Lima Gadelha (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof.^a. Dra. Laura Mary Marques Fernandes
Universidade Federal do Ceará - UECE


Prof.^a. Dra. Isaíde Bandeira da Silva
Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado fé, saúde e força para enfrentar a vida e superar as dificuldades.

A minha família, especialmente à irmã Tereza pelo apoio, ao cunhado Jaime pelo incentivo e compartilhamento de conhecimentos, ao amigo Luiz Nobre pela colaboração com belas fotos apresentadas, a minha mãe Ivone, pelo exemplo de perseverança na sua vida e, especialmente ao querido pai Bruno (*in memoriam*), pelo esforço e incentivo em ter os filhos graduados, a quem devo exemplo de honestidade na condução de sua vida.

Agradeço a todos os professores, especialmente ao orientador, Prof. Dr. Agileu Gadelha, pela compreensão, estímulo e dedicação dispensada.

“A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato”.

(Nildo Lage)

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo geral de Investigar a viabilidade do Centro Histórico de Fortaleza para o turismo urbano em face de seu Patrimônio Histórico. Trata-se de pesquisa de campo realizada no bairro Centro de Fortaleza, que como foi o primeiro bairro, concentra considerável número de imóveis do Século XIX. São objetivos específicos: analisar como o centro de Fortaleza é afetado de novas centralidades surgidas com novos bairros; identificar e analisar as edificações relevantes para a história da Cidade de Fortaleza que constituem o patrimônio material, verificando o estado de conservação dos imóveis; aferir interesse do *trade* turístico em incluir o Centro Histórico em roteiros; Conhecer o grau de informação de residentes e turistas acerca dos prédios históricos; Propor alternativas para tornar o Centro Histórico atrativo. A metodologia utilizada, para alcance dos objetivos, gira em torno da revisão textual de obras e documentos, da aplicação de questionários para os segmentos: turista, residente e empresário do turismo; visitas a órgãos públicos competentes, bem como análise presencial dos bens. Os resultados apontaram que há, no Centro, grande potencial a ser explorado pelo setor do turismo. Apontam-se sugestões para valorização dos imóveis que colaborem para tornar o Centro Histórico de Fortaleza mais visitado pelos residentes e turistas.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico. Turismo Urbano. Centro Histórico de Fortaleza.

ABSTRACT

This dissertation has the general objective of Investigating the viability of the Historical Center of Fortaleza for the urban tourism in face of its Historical Patrimony.. This is a field research conducted in the downtown district of Fortaleza. As it was the first neighborhood of the City, it concentrates a considerable number of buildings of nineteenth Century. The specific objectives are: to analyze how the center of Fortaleza was affected with the new centralities that emerged with the new neighborhoods; Identify and analyze the relevant buildings to the history of the City of Fortaleza that constitute the material heritage of the Centro district, verifying the current state of conservation of these properties; Gauge the interest of the tourist trade in including the Historic Center in the routes sold; To know the degree of information, of the residents and tourists, about the historic buildings of Fortaleza; Propose alternatives to make the Historical Center more attractive. The methodology used to achieve the objectives revolves around the textual revision in works and documents, the application of questionnaires to three segments: tourists, residents and businessmen of tourism; Visits to competent public bodies as well as face-to-face analysis of assets. The results showed that there is a great potential in the Centro to be used by the tourism sector. It was tried to point out suggestions for the valorization of the properties that would collaborate to make the Historical Center of Fortaleza more visited by residents and tourists.

Keywords: Historical Heritage. Urban Tourism. Historic Center of Fortaleza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Centro atual de Fortaleza	39
Figura 2 – Primeira planta da Villa Nova da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção da Capitania do Siará – Planta feita pelo capitão-mor Manuel Francês	48
Figura 3 – Forte Nossa Senhora da Assunção	57
Figura 4 – Passeio público	58
Figura 5 – Santa casa de misericórdia atual	60
Figura 6 – Cadeia pública	62
Figura 7 – Estação ferroviária João Felipe.....	63
Figura 8 – Teatro José de Alencar	65
Figura 9 – Palacete Ceará	67
Figura 10 – Museu do Ceará.....	68
Figura 11 – Sobrado do Dr. José Lourenço após a restauração	70
Figura 12 – Sobrado do Dr. José Lourenço antes da restauração.....	71
Figura 13 – Palácio da luz.....	72
Figura 14 – Catedral de Fortaleza	73
Figura 15 – Secretaria da fazenda.....	74
Figura 16 – Prédio da antiga alfândega	75
Figura 17 – Solar Carvalho Mota.....	77
Figura 18 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário	78
Figura 19 – Seminário da Prainha.....	79
Figura 20 – Solar Fernandes Vieira.....	80
Figura 21 – Cine São Luiz.....	81
Figura 22 – Prédio do Estoril.....	82
Figura 23 – Hotel Excelsior.....	84
Figura 24 – Hotel do Norte.....	85
Figura 25 – Praça General Tibúrcio	87
Figura 26 – Parque da liberdade (cidade da criança).....	88
Figura 27 – Palacete do barão de Camocim em 2016	89
Figura 28 – Lord hotel (edifício Philomeno Gomes).....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico por faixa etária do questionário aos turistas	93
Gráfico 2 – Gráfico dos resultados obtidos do questionário aos turistas	94
Gráfico 3 – Gráfico por faixa etária do questionário aos residentes	95
Gráfico 4 – Gráfico dos resultados obtidos do questionário aos residentes	96
Gráfico 5 – Respostas dos empresários	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sítios do patrimônio cultural	32
Quadro 2 – Cronologia administrativa de Fortaleza.....	36
Quadro 3 – Características da cidade de Fortaleza.....	38
Quadro 4 – Imóveis tombados pelo Iphan	52
Quadro 5 – Imóveis tombados pelo estado	53
Quadro 6 – Imóveis tombados pelo município	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROPVACE	Associação de Vendedores Autônomos do Estado do Ceará
COELCE	Companhia Elétrica do Ceará
COEPA	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará
COMPHEC	Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Fortaleza
CPHC	Coordenação De Patrimônio Histórico e Cultural
CPN	Centro de Pequenos Negócios
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMCETUR	Empresa Cearense de Turismo
FIEC	Federação das Indústrias do Ceará
FUNCET	Fundação da Cultura, do Esporte e do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OMT	Organização Mundial de Turismo
SECULT	Secretaria da Cultura
SECULFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará
Sercefór	Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza
SETUR	Secretaria de Turismo
SPHAN	Serviço de patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONCEITOS NORTEADORES.....	21
2.1	CIDADE	21
2.2	TURISMO URBANO E O CENÁRIO ATUAL	25
2.3	PATRIMÔNIO CULTURAL.....	29
3	A METRÓPOLE FORTALEZA, CIDADE MODERNA E TURISTIFICADA ..	35
3.1	CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA E AS NOVAS CENTRALIDADES	39
3.2	REALIDADE SOCIOESPACIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA.....	44
4	CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA E O PATRIMÔNIO CULTURAL... 	48
4.1	CARTAS PATRIMONIAIS E OS BENS TOMBADOS DO CENTRO DA CIDADE	49
4.1.1	O Forte de Schoonenborch	57
4.1.2	Passeio público	58
4.1.3	Santa Casa de Misericórdia	60
4.1.4	Cadeia Pública	62
4.1.5	Estação Ferroviária João Felipe.....	63
4.1.6	Teatro José de Alencar.....	65
4.1.7	Palacete Ceará	67
4.1.8	Museu do Ceará	68
4.1.9	Sobrado Dr. José Lourenço.....	70
4.1.10	Palácio da Luz.....	72
4.1.11	Catedral de Fortaleza	73
4.1.12	Prédio da Secretaria da Fazenda (Edifício Edson Ramalho)	74
4.1.13	Prédio da Alfândega	75
4.1.14	Solar Carvalho Mota.....	77
4.1.15	Igreja Nossa Senhora do Rosário	78
4.1.16	Seminário da Prainha	79
4.1.17	Solar Fernandes Vieira (Arquivo Público)	80
4.1.18	Cine São Luiz	81
4.1.19	Estoril	82
4.1.20	Hotel Excelsior.....	84

4.1.21	Hotel do Norte	85
4.1.22	Praça General Tibúrcio (Praça dos Leões).....	87
4.1.23	Parque da Liberdade	88
4.1.24	Palacete do Barão de Camocim	89
4.1.25	Lord Hotel (Edifício Philomeno Gomes)	90
4.2	RESULTADOS DAS PESQUISAS DE CAMPO	91
4.3	POSSIBILIDADES DO TURISMO NO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA – DIFICULDADE DE INSERÇÃO EM ROTEIROS TURÍSTICOS	98
5	CONCLUSÃO	101
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICES	110
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS PARA OS TURISTAS	111
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS RESIDENTES	112
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS EMPRESÁRIOS DO TURISMO ...	113
	APÊNDICE D – RELATÓRIO DE VISITA AOS IMÓVEIS	114

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre o Patrimônio Histórico do Centro de Fortaleza, e sua viabilidade para o turismo urbano. A cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, conserva edifícios com valor histórico. O turismo urbano e cultural diversifica o turismo nesta metrópole, considerando que hoje as praias são fatores importantes do interesse turístico e Fortaleza tem-se comportado como cidade dormitório.

O tema desperta interesse da autora pelo gosto de imóveis antigos e ver a deterioração de tantos, especialmente no centro, onde estão concentrados. Mesmo museus e teatros no centro de Fortaleza, são de difícil acesso, para residentes e turistas. Conhecer o Teatro José de Alencar, por exemplo, é tarefa árdua. Em visita ao Centro, tem-se a ideia que está abandonado, entregue à ocupação desordenada de espaços públicos. As calçadas não permitem o trânsito de pessoas devido ao grande número de ambulantes, que buscam sua sobrevivência utilizando o espaço público. Os calçadões para pedestre são tomados por barracas, gerando poluição sonora, visual, sujeira e insegurança. Quem frequenta o Centro são pessoas que se locomovem para bairros e precisam pegar transporte público, ou que não têm o hábito de consumir em *shoppings*. Convive-se com gerações que nunca foram ao centro de Fortaleza.

Motivo para definição deste estudo é entender como se deu o processo de desordenamento e transformação do bairro Centro e investigar se há possibilidade de torná-lo atrativo ao turismo.

Ao pensar em turismo tem-se que levar em conta que ele influencia vários segmentos da economia. O turismo gera uma cadeia de serviços e produtos que são consumidos afetando diretamente a comunidade local. Hoje, com a globalização e a internet, o acesso à compra de passeios pode ser direto, sem intermediações de agências de viagem. Pode-se pensar uma viagem, planejar lugares a se conhecer de frente ao computador, ou mesmo *smartphone*. Preços atraentes e formas parceladas de pagamento são facilmente obtidos pela classe média. Consegue-se planejar o custo envolvido, viabilizando a viagem, facilitando o turismo.

O turismo contribui de forma direta para valorização cultural das cidades. Desperta, na sociedade, a necessidade de conservação das tradições e manutenção

do patrimônio arquitetônico. Assim, vê-se, além do fator econômico, grande importância do fenômeno turismo.

A relação entre turismo e patrimônio cultural não é tão recente quanto se imagina. A primeira viagem nacional, na qual o patrimônio figura atrativo para o turismo, ocorreu em 1924, com destino à cidade mineira de Ouro Preto (CAMARGO, 2002). Artistas da época participaram da viagem: Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade. Despertaram, no Poder Executivo, a necessidade de preservação das raízes históricas e culturais brasileiras. A ação acarreta os primeiros resultados importantes quando, na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN – Lei 378/1937) e, por meio do Decreto-lei nº 25, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional por meio do tombamento de bens. Atualmente o órgão denomina-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Diante das discussões entre turismo e patrimônio cultural é possível apontar que as relações estabelecidas entre ambos são duradouras, pois cada vez mais as pessoas têm buscado, mediante viagens, crescimento cultural advindo da observação de tipos de culturas. Determinadas pessoas buscam destinos que proporcionem convivência com culturas diversas. Conforme Gastal (2000, p.34), “o consumo cultural espalhou-se para além das camadas privilegiadas da população, facilitada pela indústria cultural [...]”. Cada vez mais destinos turísticos com recursos naturais necessitam estruturar o contexto histórico e cultural para sua valorização. Assim, o Turismo Cultural, entendido como turismo cujo principal atrativo são aspectos da cultura humana, oferece a possibilidade de maior compreensão e comunicação entre diferentes povos. O contato tende a enriquecer culturalmente os turistas e comunidade receptora. Para isso, a atividade turística é planejada e organizada da forma mais adequada para que os atrativos turísticos sejam vistos não só como fonte de renda e emprego, mas como legado cultural. Nesse momento, é fundamental o entendimento do patrimônio cultural e como pode se tornar fator relevante para a manutenção da identidade cultural.

Para aprofundamento do tema elaboraram-se os seguintes questionamentos: como viabilizar o Centro Histórico de Fortaleza tendo o turismo como propulsor? De que forma agências de turismo exploram o turismo cultural no centro da Cidade? Há interesse, de turistas e residentes, em conhecer o patrimônio cultural de Fortaleza?

Dessa forma, propôs-se estudo do Centro Histórico, evidenciando o patrimônio material composto de igrejas, praças e prédios antigos, construídos desde o século XIX até o século XX. É dada uma abordagem fenomenológica, na tentativa de descobrir a importância do Centro Histórico, para o “trade” turístico, investigando por que poucos prédios antigos são incluídos em roteiros turísticos. A indagação é facilmente constatada quando se fazem pesquisas na internet de passeios ofertados ao turista. Tem-se que, na maioria, os atrativos são as praias. Poucos citam, no roteiro, visita ao teatro José de Alencar, ao Centro Dragão do Mar e ao Forte de Nossa Senhora da Assunção. Não se veem citados prédios, mesmo onde funcionam museus, igrejas e praças, que compõem conjunto arquitetônico valioso.

Preservar é manter viva a história. E a história se conta e entende pela arquitetura da cidade, de centros históricos. Com prédios antigos bem conservados entende-se a forma de viver da sociedade, interesses, forma de pensar, economia da época, religiosidade e a necessidade de ostentação da sociedade.

A utilização de prédios antigos pode conviver com a modernidade, a exemplo da Europa, onde o nível de consciência de preservação é muito alto. Traz-se como em centros onde prédios antigos se utilizam como museus, espaços de exposições de artes, realização de oficinas, praças de convivência. Trabalhar com a sociedade mostrando a importância dos prédios históricos, é o primeiro passo para que sejam preservados. A sociedade tem que defender seu patrimônio frente à especulação imobiliária, para manter viva a história da cidade.

Em defesa do pensamento, consideram-se os prédios antigos dos séculos XIX e XX para trazer à discussão tema que já foi notícia em jornais e polemizado em debates. É tema que envolve a cultura e o turismo, entes municipal, estadual e federal.

Investigar se a sociedade conhece os imóveis do Centro Histórico é fator decisivo na escolha do tema. Desinteresse e inércia do poder público, ao longo dos anos, fizeram com que antigos e emblemáticos prédios fossem demolidos.

Mesmo com esforços de mobilização da mídia e de segmento da sociedade, intelectuais, professores e acadêmicos, constata-se que há muito a ser feito. A pretensão da dissertação, com alcance dos objetivos, é compreender e propor alternativas para que o Centro Histórico possa ser atrativo para o “trade”

turístico. Dessa forma, surge a possibilidade dos prédios antigos serem resguardados.

Muito se pode fazer para a valorização do patrimônio histórico e cultural, inclusive com ações de marketing público e privado, pois segundo Beni (2003, p. 26), “[...] a demanda é gerada pelos clientes potenciais, que estão dispostos a consumir o produto mediante a propaganda de seus atributos [...]”. Ainda segundo Beni (2003, p.24), “ao Estado compete o investimento social não só da infraestrutura de apoio à atividade, mas também na implantação de programas de turismo socializado [...]”. Os incentivos fiscais, com redução ou isenção de impostos e parcerias com a iniciativa privada também podem ser apontadas como medidas facilitadoras para incremento do turismo urbano.

Vislumbrando alternativas para manter viva a história de Fortaleza, conduz-se o trabalho. Compreender o trade turístico e sua força econômica mostra que a valorização do Centro Histórico traz benefícios para todos, principalmente para o patrimônio cultural.

Grande e preocupante problema abordado nesta dissertação é o de que o Patrimônio Arquitetônico do Centro de Fortaleza está se acabando e o que resta não está bem conservado.

Cuidar dos imóveis antigos, por meio de ações de preservação e restauração. Resgatar, na sociedade, a importância da identidade cultural, utilizar estratégias de marketing para a divulgação do patrimônio viabilizaria o Centro Histórico de Fortaleza para o turismo?

O objetivo geral da dissertação é investigar a viabilidade do Centro Histórico de Fortaleza para o turismo urbano, em face de seu patrimônio histórico.

Os objetivos específicos são compreender como o centro de Fortaleza ficou afetado com as novas centralidades, Investigar se há interesse dos empresários e turistas no Centro Histórico, fazer apresentação do Patrimônio Cultural, bens imóveis do bairro Centro e avaliar o estado de conservação (praças e imóveis). Também conhecer o grau de informação de residentes e turistas sobre prédios históricos e propor alternativas para tornar o Centro Histórico atrativo.

Fundamenta-se a dissertação na coleta de informações em “sites” oficiais públicos, no referencial teórico de textos e reportagens de jornais, trabalhos de dissertações e teses científicas, sítios eletrônicos comerciais e, pesquisa de campo, fundamental para entendimento do contexto. No referencial teórico estão Milton

Santos (1994), Lewis Mumford (1998), Antônio Bezerra de Menezes (1992), Sebastião Rogério Ponte (1993), Miguel Ângelo de Nirez Azevedo (2001), Mario Beni (2003), entre outros autores. Desta forma, buscam-se conceitos norteadores do turismo, cidades e patrimônio histórico-cultural.

A pesquisa foi realizada em três etapas: apoio de referencial teórico a conceitos norteadores deste estudo: cidade, turismo urbano e cenário atual e do patrimônio cultural referente à produção científica relacionada com o Centro Histórico de Fortaleza. Todos os conceitos ajudaram na construção do conhecimento do texto. A revisão literária conta com os autores: Funari e Pinsky, Camargo, Lima Filho, Menezes, entre outros.

A segunda etapa consiste na realização de trabalhos de campo, dividida em visitas e entrevistas. Visitas a vinte e cinco prédios, praças e igrejas mencionados neste trabalho, à Secretaria de Turismo da Prefeitura, Secretaria de Cultura do Estado e ao IPHAN. Entrevistas com representantes dessas instituições, sobre patrimônio histórico material de Fortaleza, como se dá o processo de tombamento e sua manutenção, indagações sobre segurança, acessibilidade e divulgação do patrimônio histórico do centro.

Indaga-se na Secretaria de Cultura (SECULTFOR), da equipe da Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural, sobre o Plano Fortaleza 2040, grande projeto da Prefeitura, elaborado em conjunto com a sociedade, na definição do desenvolvimento urbano sustentável da cidade, para os próximos 25 anos. O plano divide-se em sete eixos, com o Eixo 3 relacionado ao Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento. O Plano propõe a criação do fundo financeiro específico para preservação do patrimônio material, requalificação do entorno dos imóveis de relevância cultural, prevê-se a requalificação de museus com digitalização de acervos e ações de restauro, além de organização de mostras permanentes.

Realizaram-se visitas ao centro para observação da vida do bairro, em dias úteis e finais de semana, de como se dá a ocupação e acessibilidade e segurança.

As entrevistas dividem-se em três segmentos: 120 turistas foram contatado no aeroporto internacional Pinto Martins, no saguão de chegada. (Apêndice A).

O segundo segmento foi o dos residentes da cidade de Fortaleza. O Questionário com a mesma estrutura do primeiro, com alterações (apêndice B), na

faculdade Farias Brito e Shopping Center Um. Número de entrevistados: 150 pessoas.

O objetivo das entrevistas foi de investigar se turistas e residentes conhecem o Centro Histórico, ou se têm interesse em conhecer; *trade* turístico. Dez agências de receptivos visitadas. A razão da escolha é pelo fato de as grandes agências terceirizarem os serviços. O questionário é para se conhecer a opinião de agentes de viagem, sobre o Centro Histórico. Saber se o têm como roteiro a ser vendido, ou incluído em *city tour*. Questionário aplicado a dez empresas (Apêndice C).

À vista de conceitos norteadores, no referencial teórico, com entrevistas e observação direta, faz-se interpretação do material coletado. Fez-se levantamento dos imóveis do patrimônio histórico pela pesquisa de bens tombados, em sítios eletrônicos das Secretarias do Município e do Estado, bem como do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgãos responsáveis pelos tombamentos nas esferas administrativas.

Na esfera federal o IPHAN, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, responde pelo tombamento. Até fevereiro de 2017, verificam-se oito imóveis tombados pelo IPHAN, sete localizados no Centro Histórico.

A esfera municipal a Secretaria de Cultura, pela Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC), é responsável pela gestão do Patrimônio Material. No sítio eletrônico da Internet da Secretaria consta a lista de bens tombados e em processo. Até março de 2017 contaram-se vinte e oito imóveis tombados.

Na esfera estadual, a Secretaria da Cultura (SECULT) tem a missão de executar atividades de proteção do patrimônio cultural do Ceará. Também consta, no sítio eletrônico da SECULT, a relação de bens tombados pelo Estado. Até fevereiro de 2017, vinte e dois, dezoito no Centro Histórico. Visitou-se cada um dos órgãos responsáveis pelo tombamento com o objetivo de mapear bens históricos e entender como são tratados pelo poder público. Dos bens tombados escolheram-se vinte e cinco para pesquisa utilizando critério geográfico.

Para responder aos questionamentos nesta dissertação, utilizou-se referencial teórico de obras e documentos, além de pesquisas de campo, com interpelação de empresários do turismo, turistas e sociedade, com coleta de dados

qualitativos, com abordagem direta. Questionários foram aplicados em dez empresas de turismo, a turistas, no aeroporto Internacional Pinto Martins aplicou-se cento e vinte questionários. Aos residentes, cento e cinquenta dos quais setenta e cinco no *shopping* Center Um, e setenta e cinco na Faculdade Farias Brito. O critério levou em conta abrangência de faixas etárias diferentes e facilidade de acesso.

Muitas matérias publicadas demonstram o interesse da sociedade e mídia na preservação de prédios históricos. Como exemplo, publica-se, em agosto de 2015, no jornal Diário do Nordeste, entrevista do arquiteto, urbanista e professor de Arquitetura e Urbanismo da UFC, Romeu Duarte, que diz da ineficácia da gestão da preservação de edifícios antigos em Fortaleza.

Sobre a manutenção e restauração têm-se como referência as cartas patrimoniais, documentos internacionais que se mantêm sempre atualizados, que fazem recomendações para forma de preservação. Há preocupação com a conservação do patrimônio histórico, havendo necessidade de análise consciente na adoção de políticas preservacionistas. Mais importante do que restauro é a conservação dos prédios públicos e privados tombados pelos governos municipal, estadual e federal. Na maioria das vezes, o restauro custa três vezes mais do que a conservação. Abordou-se, junto aos órgãos públicos, como se dá o processo de tombamento e como é feita a liberação de verbas para manutenção e conservação dos imóveis e se há políticas de governo com essa finalidade.

Para se ter respostas estrutura-se o trabalho em quatro partes. Após a Introdução, no segundo capítulo, explana-se a base teórica, abordagem de conceitos norteadores da dissertação. Neste capítulo, estuda-se Cidade, Turismo Urbano, Patrimônio Cultural. Os passos da pesquisa também foram apresentados. No terceiro capítulo, tem-se a Metrópole Fortaleza, Centro Histórico e novas centralidades, e realidade socioespacial. No quarto capítulo, faz-se explanação de prédios emblemáticos que formam o patrimônio cultural, definem-se cartas patrimoniais e sua influência no tombamento. Fazem-se considerações as possibilidades de inserção do Centro Histórico em roteiros turísticos, baseados no resultado da pesquisa de campo. Por fim, desdobradas as questões cruciais, sem se ter, no entanto, a pretensão de esgotá-las, as considerações finais, com conclusões e ponderações que contribuem com gestores públicos e mesmo com a iniciativa privada, para tomada de decisões que tenham o objetivo de “cuidar” do Patrimônio Histórico do Centro de Fortaleza.

2 CONCEITOS NORTEADORES

Esta dissertação utiliza conceitos de cidade, turismo urbano e patrimônio cultural. Analisando-os entende-se a importância do centro histórico da cidade e sua importância para a identidade.

Entender a formação de cidade grandes variedades de fatores que a tornam única, faz refletir como a sociedade se comporta frente ao fenômeno do turismo. O autor Lewis Mumford tem a seguinte opinião sobre a função da cidade:

A principal função da cidade é converter o poder em forma, a energia em cultura, a matéria inanimada em símbolos vivos [...]. As cidades são instrumentos delicados para regular a energia e empregá-la a serviço da vida (MUMFORD, 1998, p.616).

Fischer (1997, p. 74) tem um entendimento sobre cidade “a cidade como uma teia organizacional densa e virtual, com presente, passado e talvez futuro”. Para a autora, as manifestações da cultura urbana revelam identificações que constroem e fortalecem identidades.

O turismo é analisado por economistas do mundo todo. Desponta como forte alternativa para a economia, vista a estagnação da indústria, segundo Philip Kotler (2000), hoje já se entende que o turismo mexe com muitos segmentos, formando verdadeira cadeia de produtos e serviços utilizados. A cadeia fortalecida é de grande importância na captação de turistas. Qualidade dos aeroportos, facilidades de traslados, estrutura urbana da cidade, gastronomia, hospitalidade do povo, comércio, são exemplos de componentes que influenciam o fluxo de turistas. No turismo urbano, além das paisagens naturais, valorizam-se marcos culturais, museus, prédios históricos, monumentos e praças que representam parte do acervo cultural.

2.1 CIDADE

É necessário conhecer o passado para compreensão das cidades nos dias atuais. A tomada de consciência da importância do patrimônio por parte das comunidades é fundamental e indispensável no processo de preservação sustentável desses bens, assim como para o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, dessa forma, a educação patrimonial tem o

papel de ampliar o entendimento dos vários aspectos que constituem o nosso patrimônio cultural, contribuindo para manter vivos os costumes e tradições além de contribuir para a preservação dos imóveis antigos. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entende a Educação Patrimonial como sendo: “os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação.”

A definição de cidade é complexa e variada. Ao pesquisarmos encontramos distintos conceitos, no entanto, é importante observar o contexto histórico e geográfico. O número de habitantes é em alguns conceitos um elemento determinante.

No fim do século XV, a população urbana europeia, com mais de 30.000 habitantes, corresponderia a 2,5% da população total, o que reflete baixa ocupação de cidades, com população maior no campo.

No período de 1800 a 1914, a população europeia passa de 180 milhões para 460 milhões de pessoas, sem acrescentar o contingente de 100 milhões emigrantes para as Américas. Com volume populacional triplicado, ocorre a concentração da população em aglomerações a serviço das indústrias - é o fenômeno da urbanização criando novas cidades e transformando por completo as já existentes.

Arquitetos e urbanistas se reuniram na Grécia, em 1933, com o objetivo de criar linhas de orientação sobre o exercício e o papel do urbanismo via sociedade. Redigiram a Carta de Atenas. A Carta de Atenas, com quatro funções fundamentais de urbanismo: habitar; trabalhar; circular e cultivar o corpo e o espírito, sendo objetivos: ocupação do solo, organização da circulação e legislação.

Teorias, no século XX, tentam explicar o fenômeno urbano e influenciam no estudo do cotidiano das cidades. Entre os autores, citam-se: Perroux¹ (1960) com o conceito de polos de desenvolvimento, Christaller ²(1933), com a teoria dos lugares centrais, Burgess ³(1922), com a estrutura de círculos concêntricos de

¹ François Perroux: economista francês nascido em 1903, elabora a Teoria dos Polos de Crescimento.

² Walter Christaller: geógrafo alemão nascido em 1893, elabora a Teoria dos Lugares Centrais.

³ Ernest Burgess: sociólogo canadense nascido em 1886 responsável pela teoria dos círculos concêntricos

densidade decrescente, Von Thunen⁴, com o papel da acessibilidade e do sistema de transporte.

Goitia (1992) considera que o grande desenvolvimento das cidades e das formas de vida urbana é um dos fenômenos que melhor caracteriza a civilização contemporânea. Ao longo deste século e do passado, observa-se aumento vertiginoso da migração da população rural para as cidades. O fato tem modificado a distribuição da população mundial. Segundo o autor, grande marca do século XX é:

[...] formidável crescimento dos grandes centros urbanos, que não se verificava anteriormente porque o avanço demográfico geral era muito mais lento e porque esse excedente demográfico não era absorvido desproporcionadamente pelas grandes cidades (GOITIA, 1992, p.44).

Santos entende que o urbano e a cidade têm papel de destaque no espaço geográfico contemporâneo, cabendo diferenciação entre ambos, ao reconhecimento do urbano como “o abstrato, o geral, o externo” e a cidade como “o particular, o concreto, o interno” (SANTOS, 1994, p.69).

O Decreto-Lei 311 aponta cidade área do Distrito Sede, independentemente das relações que se estabelecem no espaço em questão (BERNADELLI, 2006).

No Brasil, por influência da colonização portuguesa, entre os séculos XVI e XIX, as capitais das províncias centralizavam as atividades sociais. Artur Bruno e Airton Farias colocam:

Houve, por parte da Monarquia, a postura intencional de tornar as capitais das províncias verdadeiros núcleos a serviço da “ordem social” e da unidade territorial desejadas contra qualquer pretensão autonomista/separatista que as oligarquias regionais possuíssem. De certo modo, reproduziu-se nas províncias com suas respectivas capitais o centralismo que havia no Rio de Janeiro em relação ao resto do Brasil. (BRUNO; FARIAS, 2015, p.57).

Não há definição única de cidade com aceitação mundial. Isso por conta de critérios de cada país. Há o critério demográfico, critério funcional, ou seja, as atividades desempenhadas pela população da cidade, critérios jurídico-administrativo, por exemplo, escolha das capitais. O que se vê é a utilização de mais de um critério para se definir cidade nos tempos atuais. Por exemplo, na Índia são demográficos e funcionais, 5 mil habitantes ou mais, densidade maior que 390

⁴ Johann Heinrich Von Thunen, economista alemão teoriza sistemas de transporte e acessibilidade.

habitantes por Km² e pelo menos 75% da população empregada em atividades não agrícolas.

No Brasil, cada município determina a que tipo de classificação ele se enquadra, conforme a ocupação do território e a atividade econômica principal, no entanto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial do Governo Federal responsável pelos censos demográficos pretende utilizar outro critério. A caracterização dos espaços urbanos e rurais leva em consideração a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população. Esses são, na avaliação da instituição, “os critérios fundamentais da metodologia, que, no entanto, ainda está em debate”. Após a análise dos critérios, os municípios foram caracterizados como “urbanos”, “rurais” ou “intermediários”.

A cidade desempenha funções que satisfaçam as necessidades de quem nela vive e de quem a ela recorre. São funções administrativa, residencial, comercial, industrial, religiosa, cultural, turística, etc. Há cidades que não as cumprem todas.

Segundo a geógrafa Lana Cavalcanti (2007), as cidades são aglomerados de pessoas, residentes ou visitantes e objetos (prédios, casas, praças e ruas). A vida gira em torno das pessoas e dos objetos que a compõem, em constante movimento e geram vida própria, pela interação, pelos serviços oferecidos e pela cultura. Os movimentos geram expansão, por exemplo, movimento migratório: a população rural à procura de centros urbanos, estrangeiros se instalam, e a cidade vai-se expandindo. Nesse processo, prédios e casas antigas são ocupadas pela população pobre e os ricos buscam áreas menos densas, com melhores condições de vida, e prédios modernos. As indústrias vão sendo transferidas para a periferia. As cidades se fazem concentradoras de comércio e serviço numa expansão contínua, o que às vezes, leva cidades vizinhas a se fundirem numa só, na confusão de fronteira. O rápido crescimento dos centros urbanos revela-se, hoje, grande problema ambiental. Acumula-se a população imigrante, que se vai distribuindo ao acaso em camadas miseráveis e abandonadas, e invade propriedades alheias ou zonas em condições urbanas inadequadas, por vezes ligadas ao centro da cidade.

Cada cidade é única, com características iguais. São características de grandes cidades:

- Densidade populacional alta

- Elevado índice de construção
- Grande concentração de atividades de comércio e serviço
- Serviços de transporte público
- Elevado fluxo de trânsito e de pessoas

O órgão ministerial denominado Ministério das Cidades foi criado em 2003. Tem como função realizar o planejamento territorial e fiscalizar a condução da gestão e o planejamento urbano. Em 2001, o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257, determina que as cidades, com mais de 20 mil habitantes, tenham planos diretores. Nesse sentido, está na pauta do Ministério das Cidades e das cidades do país, pelo menos no plano legal, a intenção de combater a especulação imobiliária em território urbano e de fortalecer a função social da propriedade privada, é que são fundamentos do Estatuto das Cidades. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem hoje 17 cidades com mais de 1 milhão de habitantes e 200 municípios concentram metade da população do país: Fortaleza ocupa o 5º lugar no *ranking* das mais populosas.

2.2 TURISMO URBANO E O CENÁRIO ATUAL

Segundo Barbosa (2002), o turismo surgiu em decorrência do movimento dos filhos de ricos europeus, procurarem centros mais desenvolvidos para seus filhos estudarem. Movimento que deu origem à expressão *Grand Tour*. De acordo com o autor:

O Grand Tour começou no século XVI, atingindo o auge no século XVIII. Era restrito principalmente aos filhos de famílias ricas, com propósitos educacionais, sobretudo de jovens recém-saídos de Oxford ou de Cambridge, duas das mais conceituadas universidades inglesas. Esses jovens deveriam percorrer o mundo, ver como ele era governado e se preparar para ser um membro da classe dominante (BARBOSA, 2002, p. 31-32).

Dias (2005), afirma que os deslocamentos não se podiam considerar turismo, pois não tinham importância econômica, social ou cultural, somente com a modernidade. Afirma Ignarra (2003, p.4):

Para alguns autores, o turismo inicia-se no século XVII, quando os primeiros sinais de crescimento industrial começaram a afetar a forma de vida estabelecida a séculos. O aumento da riqueza, a ampliação da classe de comerciantes e a secularização da educação estimularam o interesse por outras culturas e pelo conceito de que viajar era uma forma de educação.

Segundo Barreto (2000), o turismo surge após a revolução industrial em 1760. Segundo a autora, a indústria trouxe novo estilo de vida, camponeses vieram à procura de trabalho nas fábricas. Novas relações de trabalho surgiram. Também com o surgimento de máquinas a vapor, as viagens se tornaram rápidas, em navios e trens.

O turismo aparece de forma organizada na Europa, por volta do ano de 1840, quando Thomas Cook planeja um *tour* à cidade de Leicester, na Inglaterra. A viagem reúne 570 pessoas no de trem. Em 1846, outra viagem de Londres a Glasgow, com 800 pessoas. Daí o turismo é explorado comercialmente. Sobre o pioneirismo de Thomas Cook, afirma Barreto (2008, p.51):

Em 1841, um vendedor de bíblias chamado Thomas Cook, andara 15 milhas para um encontro de uma liga contra o alcoolismo em Leicester. Para um outro encontro, em Loughborough, ocorreu-lhe a ideia de alugar um trem para levar os colegas. Juntou 570 pessoas, comprou e revendeu os bilhetes, configurando a primeira viagem agenciada. Em 1846, realizou uma viagem similar de Londres a Glasgow (Escócia) com 800 pessoas, utilizando os serviços de guias turísticos. Era o começo do turismo coletivo, a "excursão organizada" que atualmente leva o nome de all inclusive tour, package ou pacote.

Quando do início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, estimava-se em 150.000 turistas americanos na Europa. Após a guerra e recuperação econômica das nações, as pessoas voltam a se organizar para passeios fora da cidade: praias e rios na Europa se tornam centros atrativos do turismo.

Novamente o movimento turístico é interrompido com a Segunda Guerra Mundial, após o que, entre os anos de 1950 e 1973, o turismo tem maior crescimento. Tenham-se as causas: mudança da legislação trabalhista de países, jornadas de trabalho de 40 horas, férias, melhoria de níveis de renda das pessoas, maior desenvolvimento cultural, produção de carros, ampliação de rede rodoviária. O número de turistas aumenta de 25 milhões, no início de 1950 para 190 milhões, no final do ano de 1973. De 1973 a meados de 1980, houve estagnação do turismo ocasionado pela crise energética no mundo.

Na década de 70, século XX, os autores apontaram problemas causados pelo turismo, econômicos, ambientais, sociais e culturais. Compreende-se turismo atividade altamente dinâmica, de provocar mudanças na sociedade a curto e médio prazos, positivas ou negativas (DIAS, 2005, p.85). Mário Beni tem a seguinte opinião:

O Turismo move-se na esfera do econômico. A conjuntura econômica é condicionante permanente de sua evolução, tanto na ordem micro quanto na macro econômica. Se o aspecto social, que de certo modo o configura, tem fundamental importância para o sujeito da ação e pelos fins sociais que o motivam, desde o momento em que o turista está obrigado a submeter-se à situação econômica, tanto pessoal quanto nacional (renda nacional, renda disponível, renda per capita, índice de preços, limitações de meios e recursos turísticos, teoria da indiferença e do equilíbrio, efeitos substitutivos da oferta, distribuição dos gastos, crescimento dos custos de produção e outros), o fenômeno há de ser considerado nesta classe de modelo. O Turismo é manifestação e continua atividade produtiva, geradora de renda, que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção. Por outro lado provoca indiretamente acentuadas repercussões econômicas em outras atividades produtivas através do efeito multiplicador (BENI, 2003, p.65).

A partir de 1980, entende-se o turismo uma das principais fontes econômicas em muitos países. Nesse período, os aviões se modernizam, com mais capacidade de condução de pessoas e com melhor desempenho, trens de alta velocidade ligam cidades, no continente europeu.

Dias (2005) entende que dos impactos do pelo turismo, o econômico é o mais visível, por afetar as condições de vida das pessoas de forma imediata.

É fala de Beni (2003): “Na oferta do turismo urbano, devem ser destacados os marcos referenciais da paisagem natural e da construída pelo homem, numa visão global e específica simultaneamente”.

Com os anos, o mercado turístico e governantes, na Europa, vão aprendendo com os próprios erros. Não se dá importância para ao meio ambiente, constrói-se sem nenhuma previsão da demanda ou de impacto ambiental e social pela chegada massiva de turistas. O turismo é visto como grande negócio e entra na agenda política dos países da Europa. Para isso, desenvolveram-se políticas públicas focadas na promoção, no planejamento e na comercialização como peça fundamental do desenvolvimento econômico.

Em 1925, cria-se a Organização Mundial de Turismo (OMT), organização internacional não governamental que reúne associações privadas e governamentais de turismo, com sede em Madrid, na Espanha, composta de 155 países, seis membros associados e mais de 400 membros afiliados que representam o setor privado, instituições e associações. Em 2003, passa a agência das Nações Unidas, responsável pela “promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível”⁵.

⁵ Disponível em: <www2.unwto.org>. Acesso em: 24 maio 2017.

No Brasil, em 1939 foi instituída a Divisão do Turismo pelo Decreto-Lei nº 1.915, primeiro organismo oficial de turismo, com a responsabilidade de “superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo” (DIAS, 2003, p. 128). Mas somente a partir de 1950, com o aumento das rodovias e o incremento do turismo, o governo federal percebe a importância econômica do turismo. Nos anos seguintes, há sempre a preocupação com o turismo, criam-se e extinguem-se órgãos de controle, sempre com planejamento de ações voltadas ao incentivo ao turismo e ao controle dos impactos ambientais.

Atualmente, o turismo urbano é, em muitas cidades, a principal fonte de renda. Traz significativos benefícios econômicos, incremento do emprego, venda de produtos e serviços, conforme Dias (2005, p. 94), em referência aos postos de trabalho da cadeia produtiva. Beni (2003, p.72) conclui que “o Turismo, ao integrar os hábitos de consumo da população urbana, é objeto de uma demanda econômica por parte das empresas prestadoras de serviços”. O resultado é a construção de museus, teatros e restaurantes trazendo desenvolvimento aos centros urbanos.

E Dias (2005), menciona que postos de trabalho da cadeia produtiva do turismo empregam desde a mão de obra qualificada, em áreas com alta tecnologia, transportes e comunicação, até a de menor qualificação, no emprego formal ou informal.

Geralmente as grandes cidades são pontos de entrada do turismo. Oferecer atrativos ao turista é importante para não se tornar uma “cidade dormitório”.

Políticas públicas de turismo são ações relevantes para atração do turista, ao mesmo tempo, favoráveis aos residentes, pois de forma geral, cuidam dos espaços urbanos. É importante planejamento levando-se em conta a sazonalidade na região. Entender a cadeia e oferecer condições de hospedagem, facilidade de movimentação, segurança, boas condições sanitárias são fatores que devem ser observados. As cidades oferecem paisagem, equipamentos históricos, equipamentos modernos e movimento próprio, o que dá vida e singularidade à região.

A Europa se destaca no turismo urbano pela topografia, pelas cidades planas que facilitam caminhadas. Aliada a isso, conta com boa infraestrutura de conexão com os países, tornando o continente permeável, além de curta distância entre si.

O ponto forte do turismo urbano é a cultura de cada região. Como exemplo no Brasil, destacam-se as cidades históricas de Minas Gerais, cujos detalhes da época remetem o observador ao passado.

Cada edificação de uma cidade carrega não só o valor material próprio do bem, mas todo o significado de vivências experimentadas. A sociedade reconstrói o passado e faz da memória o presente com significado, salienta Sandra Pesavento:

[...] uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, descobre pais ancestrais, elege seus heróis fundadores, identifica um patrimônio, cataloga monumentos, transforma espaços em lugares com significados. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbs sonha a si mesma (PESAVENTO, 2002, p.25).

Cidades são espaços privilegiados para o turismo, por concentrar infraestrutura, cultura, meios de acesso, além da possibilidade de agregação de eventos e feiras de negócios.

Vê-se nos grandes centros urbanos da Europa, revitalização de espaços antigos, dando novas funções a prédios históricos, onde antigo e novo convivem em harmonia. É um dos legados do turismo urbano: regeneração do centro histórico tornando-o útil e elemento vivo da cidade.

2.3 PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio cultural, segundo Funari e Pinsky (2005, p.8) “é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares”.

O patrimônio cultural, material, do mundo inteiro está em constante ameaça. Guerras, poluição e especulação imobiliária são fatores que aceleram a destruição de monumentos e prédios históricos. Centros históricos inteiros estão sendo arrasados, a que se alia o desinteresse do poder público fazendo perder-se a memória materializada.

Conforme Camargo (2002, p.83), na década de 1920, Mário de Andrade amplia o conceito de cultura e lidera o movimento modernista que buscava valorizar o genuinamente brasileiro.

As crônicas de Mário de Andrade que retratam suas viagens por inúmeras regiões brasileiras, coligidas em livro, traduzem no título que ele mesmo deu à obra a perspectiva na qual nos colocamos. Trata-se de O Turista Aprendiz. Destas viagens diz o turista: “[...] semanas passadas em grupo nas

fazendas opulentas, semanas-santas pelas velhas cidades de Minas, viagens pelo Amazonas, pelo Nordeste, chegadas à Bahia, passeios constantes ao passado paulista, Sorocaba, Parnaíba, Itú [...] Esta lembrança que o próprio autor fez, num depoimento de 'O Movimento Modernista', dá bem a medida das áreas onde recolheu os materiais que constituirão os subsídios para organizar o Departamento Histórico da Prefeitura de São Paulo em 1935 e, posteriormente, o plano de trabalho para o IPHAN (CAMARGO, 2002, p.75)

A Constituição Federal brasileira de 1988, Artigo 216, define, de forma detalhada o patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio cultural conta a história do povo, tradições, forma de viver, de comer, de vestir e de festejar.

Às vezes, a solenidade atribuída ao termo patrimônio sugere que dele façam parte apenas os grandes edifícios ou as grandes obras de arte, mas o patrimônio cultural abrange tudo que constitui parte do engenho humano e, por isso, pode estar no cerne mesmo do turismo [...] (FUNARI; PINSKY, 2005, p.9).

Para Menezes (1992, p.88), cultura é condição de produção e reprodução:

[...] a cultura engloba tanto aspectos materiais como não materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana: tais sentidos, ao invés de meras elucubrações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não materiais, procuramos produzir inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais da organização social, legitimando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando.

A Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, é hoje o instrumento internacional da UNESCO que trata do patrimônio cultural, hoje, com adesão de 190 países. Os países ratificaram a Convenção e se fizeram parte da comunidade internacional unida pela missão comum de identificar e salvaguardar sítios de Patrimônios Culturais e Naturais significativos.

Essa Convenção é única, por combinar os conceitos de conservação natural e de preservação de bens culturais. Enfatizando fortemente o papel das comunidades locais, a Convenção funciona como ferramenta eficaz para o monitoramento da mudança climática, da urbanização acelerada, do turismo em massa, do desenvolvimento socioeconômico e dos desastres naturais, além de outros desafios contemporâneos⁶.

A UNESCO promove ações de proteção e preservação do patrimônio cultural, no mundo, de bens tangíveis e intangíveis. Tangíveis são bens materiais, formados pelo conjunto de bens culturais classificados segundo a natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico, divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e individuais – e móveis: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Os bens intangíveis se representam pelos culturais de natureza imaterial, e dizem respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e lugares (mercados, feiras e santuários de práticas culturais coletivas).

Dá-se o título internacional de destaque de espaços e manifestações da cultura imaterial, Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, prevista pela respectiva Convenção.

Para bens tangíveis, criou-se lista de sítios declarados pela UNESCO “Patrimônio Mundial”. Segue a lista, por data de inclusão, de sítios no Brasil (Quadro 1).

⁶ Disponível em: <<http://www.unesco.org><http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 03 maio 2017.

Quadro 1 – Sítios do patrimônio cultural

Sítios do Patrimônio Cultural	
Data de inscrição	Patrimônio Mundial
1980	Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais.
1982	Centro Histórico de Olinda, Pernambuco.
1983	Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul e Argentina.
1985	Centro Histórico de Salvador, Bahia.
	Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais.
1987	Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal.
1991	Parque Nacional Serra da Capivara em São Raimundo Nonato, Piauí.
1997	Centro Histórico de São Luis do Maranhão – Maranhão.
1999	Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais.
2001	Centro Histórico da Cidade de Goiás.
2010	Praça de São Francisco, na cidade de São Cristovão, Sergipe.
2012	Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar.
2016	Conjunto Moderno da Pampulha.

Fonte: Adaptado de UNESCO.

A diversidade cultural é fator determinante de desenvolvimento do turismo e, sobre a relação do indivíduo e sua cultura, afirma Laraia (2014, p. 52) que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções.

Lima Filho (2007) relata a preocupação com a cultura: nos anos de 1990, começa a surgir, com intensidade, preocupação com o que os documentos da UNESCO chamavam de “culturas tradicionais”. Por um lado, há o temor do seu

desaparecimento à mundialização de culturas que tendem a homogeneizar e ocidentalizar o planeta. Aponta o autor o temor pela sua destruição das “culturas tradicionais” pelo mundo globalizado, e pelo que pode ser feito para proteger “os conhecimentos tradicionais”.

Patrimônio cultural compreende lugares, objetos e manifestações culturais e tem importância social, cultural, econômica e científica. É ponto de referência de identidade de sociedades passadas, representando importante fonte de conhecimento e informação.

Dessa forma, o patrimônio cultural pode ser material e imaterial. O material é formado pelo conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico, divididos em bens imóveis (núcleo urbano, sítio arqueológico e paisagístico) e móveis (coleções arqueológicas, acervo museológico, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos).

Os bens imateriais dizem respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; em lugares (mercado, feira e santuário com práticas culturais coletivas).

A UNESCO, segundo o autor Lima Filho (2007, p.34), salienta a importância de proteção, no caso das “culturas tradicionais”, “mestres” considerados “patrimônios vivos” de conhecimentos, muitas vezes não documentados pela escrita. Diz o texto: “em sociedades tradicionais, quando morre um ancião toda uma biblioteca se queima e se perde para sempre”.

O patrimônio cultural classifica-se pela UNESCO da seguinte forma:

- Patrimônio Material: monumentos, grupo de edifícios ou sítios, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Incluem-se obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais ou de caráter arqueológico, e obras isoladas ou conjugadas do homem e da natureza (formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas de valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal).
- Patrimônio Imaterial: saberes, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares

culturais associados – que as comunidades, grupos, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do patrimônio cultural.

Políticas públicas são fundamentais para manutenção do patrimônio cultural, segundo Maria Cecília Londres Fonseca:

[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa (FONSECA, 1977, p.36).

3 A METRÓPOLE FORTALEZA, CIDADE MODERNA E TURISTIFICADA

Fortaleza em 1809, que era uma vila, não tinha ruas com calçamento, as casas eram simples com um pavimento, conforme descrita pelo inglês Henry Koster⁷:

A vila de Fortaleza do Ceara e edificada sobre terra arenosa, em formato quadrangular, com quatro ruas, partindo da praga e mais outra, bem longa, do lado norte desse quadrado, correndo paralelamente, mas sem conexão. As casas têm apenas o pavimento térreo e as ruas não possuem calçamento; mas, em algumas residências ha uma calçada de tijolos diante. Tem três igrejas, o Palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, a Alfandega e Tesouraria. Os moradores devem ser uns mil e duzentos. (KOSTER, *apud* GIRAO, 1979, p.61).

Dom Pedro I, Imperador, elevou-a a categoria de cidade, em decreto Imperial, de 17 de março de 1823, com o nome de Fortaleza de Nova Bragança, a despeito da preferência pelo nome de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Pouco antes, importante reforma urbana se processa na gestão do Governador Sampaio, capitaneada pelo Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Antônio José da Silva Paulet (1778-1837), autor do primeiro plano urbanístico de Fortaleza, importante por ter sido base da reforma de Adolfo Herbster, em 1875. A ideia central do plano urbanístico tem base no sistema traçado em xadrez. Sua importância descreve-a Raimundo Girão como marco que altera o destino espacial da urbe.

Com efeito, comparando-se aquele quadro de ruazinhas mal retificadas e edificadas, de que nos fala Koster, com a regularidade dos alinhamentos que se seguiram a interferência do Ajudante de Ordens de Sampaio, não se poderá deixar de reconhecer que o seu plano, a um só tempo de remodelação e ampliação, tirou, providencialmente, da desordem para uma orientação lógica a pequena capital, exatamente na fase de ressurgimento, que ela ensaiava desde o tempo de Bernardo Manuel de Vasconcelos. A tendência era o povoado acompanhar a tortuosidade do centrismo pajeuano. Submisso às voltas da ravina e que ela continuaria a aumentar. Foi, portanto, indispensável que a visão de Silva Paulet e o poder de vontade dos administradores municipais que lhe sucederam, tirasse aquele povo do seu torpor, obrigando-o a uma ordem nova das coisas. Corrigindo na sua planta, quanto possível, os erros existentes, o esclarecido engenheiro desprezou o sentido velho do crescimento da vila e, de modo resoluto, puxou-o para o estilo quadrangular, que a tanto se prestava a natureza relativamente plana do terreno (GIRAO, 1979, p. 75).

Na descrição, Girão cita interessantes dados contidos em trabalho publicado, em 1863, do Senador Pompeu (1818-1877), importante figura política do período.

⁷ Henry Koster (1793-1820), inglês nascido em Portugal, fez viagens ao Brasil no início do século XIX. Na Inglaterra, em 1815, publicou em Londres, o livro *Travels in Brazil*, em 1816.

O citado Senador Pompeu no seu Ensaio Estatístico publicado em 1863 calculava que a população da cidade, inclusive os subúrbios, ocupados por palhoças, seria de 16 mil habitantes. Apenas 960 casas de tijolo e telha, ocupando unicamente oito ruas 'muito direitas, espaçosas e calçadas'. Mas oito já eram as suas praças, 'sendo notáveis três, que estão plantadas de arvoredos, existindo nelas cacimbas públicas' (GIRAO, 1979, p. 80).

Em 1875 é autorizada a elaboração do novo Plano Diretor da Cidade a cargo de Adolfo Herbster, tomando como base as formas do plano de Paris. Fortaleza delimita-se por três *boulevards*: Avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel. O plano determinou o formato em xadrez das ruas.

Atualizando o sistema de traçado urbano na forma de xadrez esboçado por Silva Paulet para a cidade em 1818, o plano urbanístico de Herbster estendia o alinhamento das ruas até os subúrbios. Corrigindo becos e vias sinuosas, esse traçado agilizava o fluxo de pedestres, carros e mercadorias. Deixando a capital mais "aberta" e "transparente", dificultava possíveis ocorrências de revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital (PONTE, 1993, p.166).

O Quadro 2 mostra marcos temporais do município de Fortaleza:

Quadro 2 – Cronologia administrativa de Fortaleza

(continua)

ANO	ALTERAÇÕES ADMINISTRATIVAS
1699	Elevado à categoria de vila com a denominação de Fortaleza, por Ordem Régia.
1700	Sede no núcleo de Fortaleza.
1701	é transferida a sede do núcleo Fortaleza para Barra do Ceará, lugar que teve posteriormente a denominação de Vila Velha.
1706	volta para Fortaleza.
1710	a vila de Fortaleza passou a denominar-se São José do Ribamar do Aquiraz.
1711	a vila volta a denominar-se Fortaleza.
1823	Elevado à condição de cidade com a denominação de Fortaleza, por Resolução Imperial.
1823	o município de Fortaleza, passou a denominar-se Fortaleza da Nova Bragança.
1911	Em divisão administrativa o município aparece constituído de 2 distritos: Fortaleza e Patrocínio.
1933	Pelo Decreto Estadual n.º 1.156, são criados os distritos de Messejana e Mondubim. Sob o mesmo Decreto, o município de Fortaleza adquiriu o extinto município de Porangaba.
1933	Em divisão administrativa, o município aparece constituído de 7 distritos: Fortaleza, Alto da Balança, Barro Vermelho, Messejana, Mondubim, Porangaba e Pajuçara. Não figurando o distrito de Patrocínio.
1936	Pela Lei n.º 226, o distrito de Pajuçara passou a denominar-se Rodolfo Teófilo.

Quadro 2 – Cronologia administrativa de Fortaleza

(conclusão)

ANO	ALTERAÇÕES ADMINISTRATIVAS
1937	Pela Lei Municipal n.º 79, o distrito de Barro Vermelho passou a denominar-se Antônio Bezerra.
1937	Em divisão territorial o município é constituído de 7 distritos: Fortaleza, Alto da Balança, Antônio Bezerra ex-Barro Vermelho, Messejana, Mondubim, Porangaba e Rodolfo Teófilo.
1938	Pelo Decreto Estadual n.º 448, são extintos os distritos de Rodolfo Teófilo, sendo seu território anexado ao distrito de Maracanaú, do município de Maranguape e Alto Balança, sendo seu território anexado ao distrito sede de Fortaleza.
1939	O município é constituído de 5 distritos: Fortaleza, Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Porangaba.
1943	Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.114, o distrito de Porangaba passou a denominar-se Parangaba.
1960	Em divisão territorial, o município é constituído de 5 distritos Fortaleza, Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Parangaba (ex-Porangaba).

Fonte: Adaptado do IBGE *on line* (2017).

Fortaleza tem forte influência do modo de vida da sociedade francesa do final do século XIX e início do século XX, constatada na arquitetura do Centro Histórico, com o que resta de prédios antigos no estilo neoclássico, em estilo *Art-Déco* além de praças que foram mantidas quase totalmente na originalidade.

Hoje o comércio é a principal atividade do Centro em prédios antigos, que resgata a memória da cidade, embora alguns se encontrem quase em ruínas e outros, demolidos.

A cidade desenvolveu-se às margens do riacho Pajeú⁸, nome de origem tupi cujo significado é “rio curandeiro”, que passa ao lado do Forte Schoonenborch, construído pelos holandeses, durante segunda permanência no local entre 1649 e 1654.

Está localizada no litoral Atlântico, com 34 km de praia, à altitude média de 21 metros. Características, no quadro abaixo, com dados do censo de 2010:

⁸ Como sugestão de leitura: A cidade do Pajeú do escritor cearense Raimundo Girão – 1982 – ed. Henriqueta Galeno.

Quadro 3 – Características da cidade de Fortaleza

Densidade demográfica	7.786,44 hab/km ²
População estimada em 2016	2.609.716 pessoas
População do último censo de 2010	2.452.185 pessoas
PIB per capita em 2014	22.057,20
Índice de Desenvolvimento Humano em 2010	0,754
Área da unidade territorial em 2015	314,93 km ²

Fonte: Adaptado de IBGE.

Fortaleza tem atraído turistas do Brasil e de outros países. Somente no ano de 2016, de acordo com o Ministério do Turismo, houve impacto financeiro na ordem de R\$ 300 milhões de reais. No período de dezembro/2016 a fevereiro de 2017, o movimento foi de 1 milhão de turistas, de acordo com a Secretaria do Turismo.

Há diversos atrativos na cidade como Av. Beira Mar, onde se encontram feirinhas de artesanatos e belas paisagens da orla. O Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura, com programação de shows e exposições variadas.

A capital cearense apresenta inúmeros contrastes: Praias e favelas lado a lado. Espaços de convivência, por exemplo, praças, que deviam ser aproveitados para o lazer, muitas vezes, fazem-se de abrigos para moradores de rua e, sem o menor cuidado, espaços públicos cada vez mais deteriorados.

O Índice de Competitividade do Turismo Nacional é indicador que permite avaliar o estágio real de desenvolvimento do turismo, no município ou destino. Com a análise dos resultados, observa-se onde políticas de incentivo funcionaram e onde precisam ser repensadas, em nível local e federal.

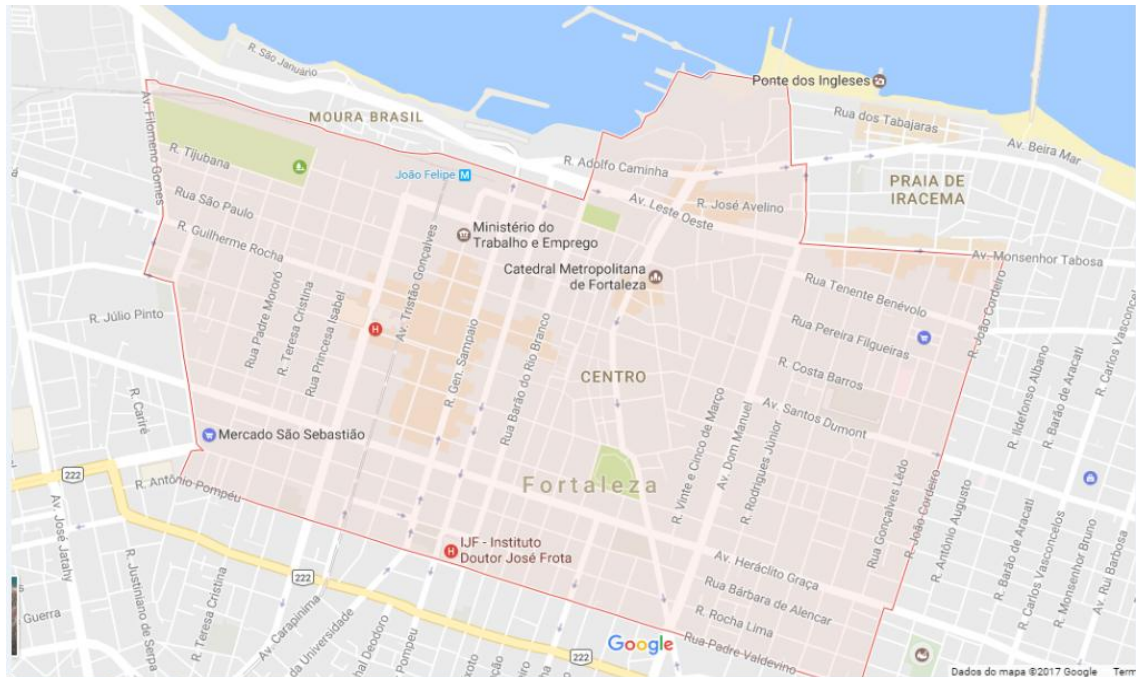
A evolução de Fortaleza em aspectos sociais levou em conta acesso à educação, emprego gerado pelo turismo, uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população e política de enfrentamento e prevenção à exploração de crianças e adolescentes.

A vida noturna é quase tão famosa quanto as praias. A cidade conta com ampla gama de opções para público de diversas faixas etárias e estilos e também com preços para todos os bolsos. São bares e casas noturnas, nos quais, apresentou-se um repertório variado do forró à música eletrônica. Para quem

procura opção de tranquilidade há ainda com apresentações de humor, teatro ou simplesmente bom jantar em restaurantes.

A Figura 1 demarca o perímetro atual do bairro Centro, mostrando a proximidade com a faixa litorânea.

Figura 1 – Mapa do Centro atual de Fortaleza



Fonte: Google (2017).

3.1 CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA E AS NOVAS CENTRALIDADES

O conceito de Centro Histórico refere-se à categoria histórico-cultural. Seu entendimento engloba múltiplas dimensões com valores históricos, culturais sociais, econômicos e simbólicos, por ser a área mais antiga da cidade e coincidir

[...] com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização (DGOTDU, 2005, p.128).

O núcleo, geralmente, corresponde ao centro funcional tradicional das cidades, o qual, apesar de perda alguma atratividade, “permanecerá sempre como a parte antiga da cidade, e isso explica que o elemento mais marcante de um centro histórico na atualidade seja a sua imagem simbólica” (CAVÉM, 2007, p.16).

Em Fortaleza, a maioria dos bens materiais tombados encontra-se no centro precisando de cuidados. No seu livro *Royal Briar*, o escritor Marciano Lopes, num mergulho nos anos 40, desabafa:

Destruíram quase tudo. Nos espaços que ficaram vazios, uma grande e imorredoura saudade. Nos espaços ocupados pela irreverência, pelo desamor, pelo descaso, pelo atentado à estética, a minha revolta pelo desrespeito àqueles que, décadas atrás, tiveram visão para querer fazer de Fortaleza, uma cidade aristocrática e bela (LOPES, 1989, p.252).

O Centro Histórico de Fortaleza é composto por edificações do século XIX e princípios do século XX, exceto pelo Forte de Schoonenborch, marco inicial da cidade do século XVII.

A urbanização é uma das poderosas manifestações de relações econômicas e do modo de vida na comunidade, em certo momento histórico. Fenômeno demográfico e social. Grupo de pessoas se instala em certa área e aos poucos se multiplica, influenciado por diversos fatores, industrialização, comércio, etc.

Na formação inicial das cidades, há um centro principal. Segundo Vilar (2002), as centralidades decorrem de diversos momentos históricos:

A primeira fase corresponde obviamente à formação da cidade. A segunda refere-se à expansão e ao primeiro momento de diferenciação interna do centro. A fase seguinte é definida por uma expressiva reorganização interna que se estende até etapas mais avançadas do crescimento. Por último, há que destacar a “descentralização” das funções terciárias para outras partes da cidade. A este esquema bastante operacional e com fortes evidências empíricas há que acrescentar processos recentes de reabilitação dos centros históricos, os vários projetos de resgate da memória urbana e a força da técnica como formadora do tecido comercial (VILAR, 2002, p.03).

O caráter exportador de Fortaleza, do século XIX fez com que o algodão consolidasse sua importância na economia regional, reafirmando o poder político (PONTE, 1993, p. 164-165). Liberal de Castro (1977) também declara a importância como polo exportador de algodão e de capitania independente para o desenvolvimento da Vila.

O progresso decorrente do processo acompanha-se de certo otimismo, cognominado de *Fortaleza da Belle Époque* (1860/1925), pelo que, a cidade ganha novos ares urbanos. Com a euforia, as elites modernizaram a cidade com reformas e empreendimentos de acordo com os padrões estéticos das grandes cidades europeias, bondes, fotografia, telégrafo, telefone, praças, *boulevards* e cafés.

O recanto mais frequentado na época era a *Praça do Passeio Público*, palco de execuções dos revolucionários da Confederação do Equador⁹, em 1825, que passa por várias transformações, sendo mais importantes as de 1880 e do início da década de 1920, esta última em plena efervescência. A de 1880 define bem a divisão social, conforme relata Mozart Soriano Aderaldo.

Para a vida social da cidade, o ano de 1880 foi de grande importância, porque então se deu a inauguração do 1º plano do Passeio Público. Sobre esse logradouro, onde se urdiram vários casamentos e - quem sabe? - algumas tragédias, [...]. Ressaltemos que no Passeio Público havia três alamedas, conhecidas como avenidas: - Caio Prado, olhando para o mar; a do centro, denominada Carapinima, fronteira a porta principal da Santa Casa; e a Mororó, mais próxima do calçamento da Rua João Moreira. Nelas se observava uma separação voluntária das classes sociais: numa alameda a grã-finagem; na outra, a classe média; e na terceira as domésticas etc. (ADERALDO, 1974, p. 44).

Nas décadas de 20 e 30, do século XX, o centro era habitado pelas famílias ricas. O núcleo comercial e social da cidade gira em torno da Praça do Ferreira. Em 1933, o prefeito Raimundo Girão manda construir a Coluna da Hora, com a fonte dos desejos. A praça era conhecida como “coração da cidade”. As ruas do centro eram pavimentadas de paralelepípedo e, em 1934, a iluminação elétrica, substituiu a iluminação a gás. Nessa década, a verticalização de Fortaleza teve início com a construção do hotel Excelsior na Praça do Ferreira, na década seguinte a construção do Cine Diogo. Anos depois se construíram mais prédios como o Cine São Luiz e o hotel Savannah.

Com as constantes secas, há um fluxo de retirantes, rumo à capital, em busca de sobrevivência, formando aglomerados nos arredores do centro e bairros da cidade. Daí, por volta do ano de 1930, a primeira favela “Cercado do Zé Padre”.

[...] No Ceará, em particular na cidade de Fortaleza, há um aumento considerável daqueles indivíduos sujeitos à condição de agregados e empregados domésticos. É o momento em que o negro vê legitimar sua exclusão social. Consegue a condição de livre; mas lhe é negado o direito à cidadania. Excluído vai se aquilombando nas periferias, nas favelas, nas frentes de expansão, enclausurando-se no seu mundo rural, constituindo sua identidade a partir de sua historicidade [...] (FUNES, 2000, p.132).

Aos poucos, elites, incomodadas, procuram espaços para residências. Escolheram a região oeste da cidade, o bairro de Jacarecanga. Mansões e

⁹ A Confederação do Equador foi um movimento revolucionário ocorrido no ano de 1824 que objetivava separar o Nordeste brasileiro do restante do Brasil. Fizeram parte da revolução os Estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, adotando a Constituição da Colômbia que era republicana. (AZEVEDO, 2001).

palacetes proliferam no espaço fazendo o primeiro bairro elegante da cidade. Ricos proprietários se inspiram em casas europeias e o material importado. Passando pelo bairro, veem-se casas da época, como a Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, residência do ilustre cearense Thomaz Pompeu Sobrinho de Sousa Brasil.

A partir da década de 50, século XX, segundo Bernal (2004), começa a se instalar a indústria no eixo da Avenida Francisco Sá, sendo Jacarecanga “o primeiro bairro a abrigar a burguesia local, isto é, indústrias e comerciantes ligados aos negócios da exportação e importação”. Além das secas a indústria torna Fortaleza polo atrativo para migrantes, surgindo cortiços e favelas. Os operários precisam de moradia próxima ao trabalho, é que se alojam em pequenos espaços sem infraestrutura. A mudança fez, novamente, as elites se deslocarem, para bairros Benfica, Praia de Iracema e Aldeota.

A Aldeota tornou-se o local preferido da população burguesa.

As pessoas mais abastadas começam a preferir a Aldeota, pelo clima, a barlavento, desprezando gradativamente as moradias do centro urbano ou as chácaras e palacetes construídos nos fins das linhas de bondes, hoje retiradas. A Aldeota passa a exercer atração irresistível [...] (CASTRO, 1977, p.35).

O escritor Jader de Carvalho escreve no romance “Aldeota”:

Nestes últimos anos, prefeitos rasgaram ruas na direção do mar e do sertão. A Aldeota cresceu em todos os sentidos, assinalada agora por bangalôs de alto custo, palacetes de linhas moderníssimas e custosos palácios, que pela riqueza e luxo, até recordam as Mil e Uma Noites. Olhos estranhos detiveram-se no bairro magnífico, logo colocado entre os mais aristocráticos do Brasil (CARVALHO, 2003, p.09).

Assim, a Aldeota consolida-se reduto da burguesia, com influência na vida urbana. Da mesma forma, Costa mostra a influência do bairro como símbolo de status social:

A zona leste passou a identificar-se com os bairros da burguesia, tendo a Aldeota como seu grande símbolo de status social. Esta ideologia é rapidamente apropriada e difundida pelas empresas interessadas em vender edificações, ampliando os limites do bairro da Aldeota, e criando novas “aldeotas”: Aldeota Sul, Aldeota Centro, Planalto nova Aldeota, etc. Essas várias denominações estão relacionadas ao status social e econômico que a marca estabelece (COSTA, 1988, p.123).

O centro tradicional de Fortaleza, gradualmente, a partir de 1930, reduz o papel de centralizador. As transformações de ordem econômica e social, a partir de 1970, mudam o cenário. O crescimento da população, alto preço de locações, engarrafamentos na zona central fazem surgir novas áreas de comércio e lazer.

Pelas alterações organizacionais, surgem novos bairros da elite e da classe pobre que busca, na periferia, espaço.

O deslocamento populacional, associado à transferência do porto para o Mucuripe (Litoral leste) desencadeia ações do Estado de interligação de áreas não conjugadas, pela política notória de mobilidade e acessibilidade. Nota-se, nesse período, ação intensa do poder público, visando à interligação de bairros e áreas de produção no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste, dando-lhe caráter de desenvolvimento urbano. A construção de vias é tida pelos órgãos administrativos como solução urbana de grande importância. Sendo assim, a Avenida Castelo Branco, popularmente Leste-Oeste, foi construída com o propósito inicial de facilitar e tornar rápida a ligação da zona industrial da Francisco Sá ao Porto do Mucuripe. A inauguração, em 1973, considera-se marco da história dos bairros do litoral-oeste, de certa forma, integrados à malha urbana, assim como ao desenvolvimento econômico do Estado. Silva tem esta opinião sobre o tema:

Pensar a cidade na perspectiva do futuro implica em concebê-la em suas necessidades de circulação. Entretanto, ela não pode e não deve ficar refém de planos que se reduzem ao tracejado de vias. A circulação na e da cidade tem que ser pensada no bojo de uma política na qual o peso dos transportes coletivos deve e tem que ser considerados. (SILVA, 2001, p 29.).

A saída do comércio de luxo, de bancos, hotéis e de residentes do centro da cidade, desde o começo do século XX, associada ao descaso do poder público, faz do centro, no século XXI, lugar abandonado, esvaziado de atividades de lazer. Quem passa, à noite, pelo Centro, sente falta de vida. É o bairro que só funciona de dia, com comércio e serviço a preço mais baixo. No entanto, há algo nostálgico, no Centro, que atrai residente de qualquer bairro, e se identifica pela representação na sua vida pessoal: a pastelaria Leão do Sul, farmácia Oswaldo Cruz e o bar do Raimundo dos Queijos.

A relação centro-periferia é questão relevante neste estudo, é que houve transformação do espaço urbano. De acordo com Lefebvre, “descobrimos o essencial do urbano na centralidade”.

O urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. [...] Pode-se dizer que o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, subprojeto e não-objeto, supraconsciência e totalidade das consciências. (LEFEBVRE, 1999, p.112).

O surgimento de “shoppings” consolida a decadência do centro. O primeiro foi inaugurado em 1974, shopping “Center Um”, no bairro Aldeota. Segue a construção de shoppings, o Aldeota, *Del Paseo*, Avenida, Pátio Dom Luiz, Iguatemi, em áreas nobres da cidade. A relevância dos equipamentos é nítida quando se tem o fluxo de negócios que atrai, fazendo o metro quadrado, na região, valorizado mudando o espaço urbano.

Também na periferia inauguram-se shoppings de 2014 a meados de 2016. Conforme entrevista no Jornal Diário do Nordeste, o presidente da Associação dos Lojistas de Shoppings Centers do Ceará, Abílio de Carmo, explica: “Todos os grandes shoppings trazem um progresso imediato no seu entorno. Melhores lojas, a população já está vindo pra cá, a própria mobilidade para esses shoppings, muda todo o perfil do local”. Frúgoli Júnior (1995, p.95) explica centros comerciais:

Surge, portanto, no interior da cidade, uma outra “cidade em miniatura”, que dialoga com signos e características de outros espaços e instituições, recriando em seus interiores novas praças, calçadões, bulevares, alamedas de serviços, agrupamentos de lojas etc. Nesse cenário de irrealidade, os frequentadores imaginam encontrar um lugar a salvo das estatísticas da violência urbana.

Fortaleza cresce e novas centralidades surgem pelos novos bairros. Muitos fatores concorreram para o processo, no entanto, em destacar que o crescimento populacional e o surgimento de novos empreendimentos comerciais, shoppings centers, instalados nos bairros, tornam-se grandes centros de convergência da sociedade, modificando o modo de vida, pela utilização de espaços para passeio e sociabilização, além da aquisição de mercadorias. Podemos citar Shopping RioMar no bairro Papicu, Shopping RioMar Kennedy no bairro Presidente Kennedy, Shopping Via sul no bairro Edson Queiroz, Shopping Iguatemi no bairro Edson Queiroz, o North Shopping no bairro São Gerardo, o North Shopping Jóquei no bairro Jóquei Clube, Shopping Benfica, no bairro Benfica e o Gran Shopping no bairro em Messejana.

3.2 REALIDADE SOCIOESPACIAL DO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA

Hoje o centro de Fortaleza possui comércio popular com grande atração sobre a população regional menos favorecida. Além do comércio encontram-se poucas residências e estacionamentos, com funcionamento precário em prédios

demolidos. O comércio elitizado mudou-se para shoppings ou áreas nobres de bairros da classe média. Verifica-se, na expansão de bairros, segregação socioespacial entre ricos e pobres (PONTE, 1993).

O comércio informal é abundante em ruas do centro, camelôs espalhados pelo bairro, principalmente pelos calçadões, áreas criadas para pedestre, tomadas por barracas dificultando o trânsito das pessoas.

São exemplos de comércio informal a Feira da Sé, feira da Rua José Avelino e Beco da Poeira. A feira da Sé se dá no entorno da catedral e os feirantes tomam calçadas e rua para venda dos produtos. A Feira teve forte influência na criação de equipamentos voltados à confecção e se espalha pela Rua Rufino de Alencar até quase a Av. Dom Manuel. Antigas residências foram vendidas e transformadas em lojas e galpões onde vários feirantes se instalaram. Próximo à catedral, em direção ao Mercado Central, surge o centro popular “Casarão dos Fabricantes” e, em direção à praia, “Shopping Fontenele Mall”. Nesses espaços, há ainda outros centros populares como Pop Shop, O Galpão do Povão, Feirão Leste-Oeste, Central da Moda, Pátio Central, Centro da Moda, Super Box 100, e outros, que comercializam moda masculina, feminina e infantil, além de praia e *fitness*.

A feira da Rua José Avelino acontecia até o dia 14 de maio de 2017 de forma desordenada, em via pública, próximo ao Mercado Central e Secretaria da Fazenda. A Prefeitura retirou, em maio de 2017, os feirantes da rua com o intuito de requalificar a região. Galpões e lojas permanecem no local. De acordo com Heron Moreira, presidente da Associação União dos Feirantes do Estado do Ceará, a prefeitura não está levando em consideração a quantidade de trabalhadores prejudicados. “Só no estacionamento embaixo do viaduto trabalham 560 feirantes e na Travessa Icó são cerca de 400. Nem todo mundo tem condições de adquirir um box”¹⁰. Em torno de 700 vagas foram disponibilizadas pela Prefeitura de Fortaleza no Centro Comercial dos Pequenos Negócios (Beco da Poeira) e no Mercado São Sebastião. Elas se destinaram aos feirantes que, comprovadamente, não tinham condições financeiras para comprar ou alugar boxes particulares¹¹.

Todo o comércio atrai compradores do interior do Estado do Ceará e de outros, principalmente do Norte e Nordeste. Atrai também compradores de diferentes nacionalidades, sobretudo da Guiana Francesa e de Cabo Verde. No total, segundo

¹⁰ Disponível em: <www.g1.globo.com<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 16 maio 2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.opovo.com.br>>. Acesso em 22 agosto 2017>.

estimativa da Secretaria Regional do Centro, são movimentados cerca de R\$ 70 milhões mensais, na região.

O Centro de Pequenos Negócios – CPN, apelidado de “Beco da Poeira”, é, também, local polêmico no bairro. O equipamento foi inaugurado, em 1989, entre a Praça da Lagoinha e a Praça José de Alencar, em terreno cedido pela prefeitura. Desta forma, passou a utilizado pela Associação de Vendedores Autônomos do Estado do Ceará (APROVACE) que organizou a construção de boxes e lanchonetes. No entanto, em 2010 foram transferidos para o prédio da antiga fábrica Tomaz Pompeu, por haver o Metrofor comprado o terreno no qual estavam fixados, para a construção de estação do Metrô.

Além do comércio varejista, subsiste ainda o tradicional comércio atacadista na Rua Governador Sampaio e na Rua Visconde de Sabóia.

A realidade socioespacial do local demonstra uma falta de zelo com o bairro. Governos passaram e a despeito da existência de inúmeros tipos de planejamentos, apenas ações pontuais podem ser observadas, por exemplo, do Passeio Público.

A falta de manutenção das ações implementadas demonstra pouco interesse do poder público e da iniciativa privada com a causa. Em toda a cidade é possível observar prédios históricos se deteriorando, o comércio informal de ambulantes usurpando ruas e praças, sem qualquer tipo de ordem, bem como, o aparecimento de estacionamentos localizados nas garagens de prédios inutilizados ou em locais onde estes tenham sido demolidos. Tais situações além de colocar em risco a segurança das pessoas, geram lixo e todo tipo de sujeira no espaço público.

Prédios históricos sem estacionamento desestimulam a visita. Acesso à Praça José de Alencar, seja em dias úteis ou mesmo aos sábados, quando o comércio ainda está em pleno funcionamento, é tarefa complicada. Não há local seguro para estacionamento de veículos particulares ou ônibus de turismo. Calçadas estão tomadas pelos ambulantes. Por sua vez, a praça José de Alencar está insegura, suja, inviabilizando, desse modo, a visita ao Teatro José de Alencar.

A catedral metropolitana da capital cearense, da mesma forma, não oferece segurança e limpeza àqueles que desejam visitá-la. Isto ocorre em razão de ter o entorno cercado de comércio informal, o que gera sujeira, bem como, ser reduto de moradores de rua.

O Museu do Ceará, também, não oferece estrutura para visitação, falta literatura expositiva, não tem estacionamento, igualando-se nesse sentido a outros prédios históricos da cidade.

4 CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

O centro de Fortaleza é palco vivo da história da cidade: ali ela nasceu, com praças, prédios, outrora residência, museu, teatro, mercado, tudo conta um pouquinho da história de Fortaleza.

Muitos prédios resistem ao tempo, alguns tombados, públicos ou privados. Em subitens seguintes, será feita breve abordagem sobre os aspectos históricos de prédios públicos, praças e igrejas tombados, bem como análise, pela pesquisa de campo, do estado de conservação. A influência da revolução Francesa, na preservação de bens culturais, é destacada por Maria Cecília Fonseca:

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a idéia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela *autonomização* das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação (FONSECA, 1977, p.37).

Figura 1: vemos a primeira planta da Villa Nova da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção da Capitania do Siará Grande, atribuída ao Capitão-Mor Manuel Francês – 1726. O mapa se encontra, hoje, no Arquivo Ultramarino de Lisboa.

Figura 2 – Primeira planta da Villa Nova da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção da Capitania do Siará – Planta feita pelo capitão-mor Manuel Francês



Fonte: Arquivo Nirez.(2016)

Pelo traçado da vila, na ocasião, segue-se o modelo dos colonizadores portugueses, com práticas medievais, conforme explica Liberal de Castro:

Este é o ambiente em que viviam os primeiros governadores da Capitania, civis na função, mas militares de profissão. O traçado da vila refletia um modelo de organização urbana caracterizada pela expansão linear, desenvolvida ao longo de rios e caminhos, consoantes uma tipologia morfológica comum nos vilarejos medievais europeus. (CASTRO, 1977, p. 44).

4.1 CARTAS PATRIMONIAIS E OS BENS TOMBADOS DO CENTRO DA CIDADE

No mundo, há bastante tempo, adotam-se medidas de proteção de edificações importantes para a sociedade. A partir do século XIX, movimento estruturado começa a organizar-se. Decorrente de inquietação, no início do século XX, ações concretas passaram a ser realizadas, foi elaborada a Carta Patrimonial de Atenas, que discute a racionalização de procedimentos em arquitetura e propõe normas e condutas em relação à preservação o de edificações.

De acordo com as Cartas Patrimoniais, os usos devem ser compatíveis com o contexto econômico e social de cada área, respeitando as necessidades sociais das comunidades locais.

A Carta de Veneza – Carta Internacional do Restauo, aborda de forma criteriosa, o restauro, de 1964. Mais cartas formuladas e todas elas encontram-se no sítio eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O direito administrativo institui o tombamento como mecanismo de preservação do patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial, dessa forma, conceitua-se tombamento como ato administrativo do poder público com o objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, pela aplicação da lei, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Segundo Hely Lopes Meirelles, sobre o tema:

Tombamento é a declaração pelo Poder Público do valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, cultural ou científico de coisas ou locais que, por essa razão, devam ser preservados, de acordo com a inscrição em livro próprio. (MEIRELLES, 2001).

Tombar significa, conforme escreve Manoela Queiroz Bacelar (2016): “[...] arrolar, registrar, cadastrar, inscrever, lançar, catalogar em arquivos próprios”. Segundo a autora:

Tombamento, no sistema jurídico brasileiro, a meu sentir, é procedimento administrativo garantidor de exercício de direito fundamental cultural, ao

cabo do qual, a Administração Pública inscreve determinado bem material ou conjunto de bens materiais, móveis ou imóveis, públicos ou particulares, em Livros de Tombo, conforme natureza e essência, em função de sua forte referência à cultura brasileira, submetendo-o a regime jurídico especial para protegê-lo e preservá-lo (BACELAR, 2016, p. 32).

O tombamento aplica-se a bens móveis e imóveis de interesse cultural/ambiental pode ser feito pela União, por meio do IPHAN, pelo Governo Estadual, ou pelas administrações municipais.

A Unesco, a partir de 1972, estabelece critérios para criação da Lista do Patrimônio Mundial que representa o reconhecimento, perante a Unesco, do valor internacional dos bens inscritos. Constar da lista constitui, assim, para os países, símbolo de status internacional e, portanto, fator de grande atração internacional. O reconhecimento do bem e consequente inclusão na Lista é procedimento complexo e rigoroso e é um ato voluntário do País.

O tombamento é compulsório ou voluntário. Sempre que o proprietário do bem requeira a qualquer ente do Estado, com capacidade jurídica que determinado bem de comprovada propriedade seja tombado estar-se-á diante de tombamento voluntário. Voluntário também o ato de tombamento que receber do proprietário manifestação de concordância com a decisão do poder público de tombamento do patrimônio, pois uma vez que o tombamento se dá sem a concordância do proprietário, por ato de força do poder público, está-se diante de tombamento forçado ou compulsório.

Podem ser tombados: fotografia, livro, acervo, mobiliário, utensílio, obra de arte, edifício, rua, praça, bairro, cidade, região, floresta, cascata, etc. Para cada bem tombado, há um livro de registro conforme definido pelo IPHAN no seu sítio eletrônico (2017), *in verbis* abaixo:

Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor à sua configuração paisagística.

Livro de Tombo Histórico, onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.

Livro de Tombo das Belas Artes, onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para

a História da Arte, as belas artes imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade.

Livro de Tombo das Artes Aplicadas, onde são inscritos os bens culturais em função do seu valor artístico, associado à sua função utilitária. Essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens de diferentes estilos arquitetônicos.

Tombamento é o mais antigo instrumento de proteção utilizado pelo IPHAN, instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que proíbe a destruição de bens culturais tombados, sob vigilância do Instituto. Para tombamento, o bem passa pelo processo administrativo, no qual a fase final é a inscrição em um dos quatro Livros do Tombo instituídos: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. O Decreto Lei nº 25 organiza o Patrimônio Histórico e Artístico e o define como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico...”. Pelo Decreto os bens nunca podem ser destruídos ou mutilados e somente com a autorização do IPHAN podem ser restaurados, com construções nas adjacências. Ressalva que os comerciantes de arte e antiguidades devem ter registros no IPHAN, bem como autenticação do órgão para vendas.

As Leis nº 9.605/1998 e nº 6.573/2009 preveem penas para quem destruir, deteriorar e inutilizar coisa protegida, ou alterar a coisa tombada, sem licença.

A Constituição Federal estabelece no Artigo 216, o que é considerado patrimônio cultural e determina ser função da União, do Estado e dos Municípios, com o apoio da comunidade, preservar os bens culturais e naturais brasileiros.

O tombamento se dá nas três esferas do poder: federal, estadual e municipal, respectivamente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará (COEPA) e Fundação da Cultura, do Esporte e do Turismo (FUNCET) do Município de

Fortaleza, atualmente denominada SECULTFOR, através do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Fortaleza (COMPHIC).

Embora ostente caráter definitivo, há possibilidade de destombamento do bem, caso desapareçam os fundamentos de suporte ao ato (Decreto-lei nº 3.866 de 29 de novembro de 1941, Lei nº. 6.292/75).

Segue relação de bens tombados em Fortaleza pelo IPHAN com dados atualizados até fevereiro de 2017.

Quadro 4 – Imóveis tombados pelo Iphan

Nome	Endereço	Entidade proprietária	Ano do tombamento
Casa natal de José de Alencar	Av. Washington Soares, 6055	Governo Federal	1964
Teatro José De Alencar	Rua Liberato Barroso, 525 - Centro	Estado do Ceará	1964
Passeio público	Rua Doutor João Moreira, S/Nº - Centro	Município	1965
Museu do Ceará	Rua São Paulo, 51 - Centro	Estado do Ceará	1973
Solar Carvalho Mota	Rua Pedro Pereira, 683, Centro	Governo Federal	1983
Departamento nacional de obras contra as secas (Dnocs)	Av. Duque de Caxias 1700, Centro	Governo Federal	1983
Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção	Av. Alberto Nepomuceno - Centro	Governo Federal	2008
Complexo ferroviário Dr. João Felipe	Praça da estação - Centro	Governo Federal	2008

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IPHAN.

O Quadro a seguir resume os bens tombados em Fortaleza pelo estado do Ceará atualizados até fevereiro de 2017.

Quadro 5 – Imóveis tombados pelo estado

(continua)

Nome	Endereço	Entidade proprietária	Ano do tombamento
Antiga alfândega	Av. Pessoa Anta, nº 287, Praia de Iracema	Governo Federal	2005
Sede do Iphan- antiga escola normal	Rua Liberato barroso, nº 525, centro	Governo Federal	1995
Banco frota gentil agência Unibanco	Rua Floriano Peixoto, nº 326, centro	Privado	1995
Casa Tomaz Pompeu	Rua Imperador, 498, centro	Estado do Ceará	2006
Conjunto palácio da abolição e mausoléu castelo branco	Av. Barão de Studart	Estado do Ceará	2004
Estação ferroviária Dr. João Felipe	Rua Dr. João Moreira	Governo Federal	1983
Farol do Mucuripe	Av. Vicente de castro, s/n.	Governo Federal	1983
Hotel do Norte (sedes do IAB-CE, da orquestra filarmônica do estado do Ceará e museu da indústria)	Rua Dr. João Moreira, nº 143, Centro	Estado do Ceará	1995
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Praça general Tibúrcio, Centro	Arquidiocese de Fortaleza	1983
Secretaria estadual da fazenda	Av. Alberto Nepomuceno, nº 2, Centro	Estado do Ceará	1982
Seminário da prainha	Confluência das ruas d. Manoel e monsenhor Tabosa	Arquidiocese de Fortaleza	2008
Solar Fernandes Vieira (arquivo público)	Rua senador Pompeu, nº 648, Centro	Governo Federal	1995
Cadeia pública - centro de turismo	Rua general Sampaio, s/n - Centro	Estado do Ceará	1982
Cine São Luiz	Rua Major Facundo, nº 500 - Centro	Estado do Ceará	1991
Galpões da REFESA	Rua 24 de Maio, s/n - praça Castro Carreiro	Governo Federal	2004
Palacete Ceará	Rua Guilherme rocha, nº 48 - Centro	Governo Federal	1983
Palácio da Luz	Rua Sena Madureira - Centro	Estado do Ceará	1983

Quadro 5 – Imóveis tombados pelo estado

(conclusão)

Nome	Endereço	Entidade proprietária	Ano do tombamento
Praça dos Leões	Rua General Bezerril, s/n - Centro	Município	1991
Casa Juvenal Galeno	Rua General Sampaio, 1128	Privado	2016
Museu da imagem e som (mis)	Av. Barão de Studart, 410 - Meireles	Estado do Ceará	2016
Colégio marista de fortaleza	Av. Duque de Caxias, 101 - Centro	Privado	2017
Sobrado do doutor José Lourenço	Rua major facundo, nº 154 - Centro	Estado do Ceará	2004

Fonte: Elaborado pela autora com dados da SECULT.

Quadro dos bens tombados em Fortaleza pela prefeitura de Fortaleza com dados atualizados até fevereiro de 2017.

Quadro 6 – Imóveis tombados pelo município

(continua)

Nome	Endereço	Entidade proprietária	Ano do tombamento
Capela de Santa Teresinha	Av. Castelo Branco / Leste Oeste	Arquidiocese de Fortaleza	1986
Estoril	Rua Tabajaras, 397 - Praia de Iracema	Estado do Ceará	1986
Teatro São José	Rua Rufino de Alencar - 523	Estado do Ceará	1988
Ponte Metálica (dos Ingleses)	Rua dos Cariris - Praia de Iracema	Estado do Ceará	1989
Parque da Liberdade (Cidade da Criança)	Rua Pedro I, S/N - Centro	Estado do Ceará	1991
Palácio João Brígido e do Bosque do Pajeú	Rua São José, N° 1 - Centro	Estado do Ceará	2005
Escola Jesus Maria José	Av. Coronel Ferraz, S/N, Centro	Estado do Ceará	2007
Casa do Barão de Camocim	Rua General Sampaio, N° 1632, Centro	Estado do Ceará	2007

Quadro 6 – Imóveis tombados pelo município

(continua)

Nome	Endereço	Entidade proprietária	Ano do tombamento
Estação Ferroviária da Parangaba	Rua Dom Pedro II, Parangaba	Estado do Ceará	2007
Igreja do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos	Praça da Matriz S/N, Parangaba	Arquidiocese de Fortaleza	2008
Mercado da Aerolândia	Br 116, N.5431, Bairro Aerolândia	Estado do Ceará	2008
Mercado dos Pinhões	Praça Marquês de Pelotas - Praia de Iracema	Estado do Ceará	2008
Casa da Rachel de Queiroz	Rua Antônio Ivo, 290, Barro Jóquei Clube	Privada	2009
Colégio Doroteias	Av. Visconde do Rio Branco, Nº 2078, Bairro Joaquim Távora	Privada	2012
Ideal Club	Av. Monsenhor Tabosa, 1331, Bairro Meireles	Privada	2012
Náutico Atlético Cearense	Av., Abolição, 2727, Bairro Meireles	Privada	2012
Pavimentação da Rua José Avelino	Rua José Avelino – Praia de Iracema	Município	2012
Passeio Público	Rua Dr. João Moreira S/N - Centro	Município	1993
Santa Casa de Misericórdia	Rua Barão do Rio Branco, 20, Centro	Privada	2012
Edifício Antônio Gomes Guimarães	Rua Dr. João Moreira, 207 - Centro	Privada	1995
Centro Artístico Cearense	Av. Tristão Gonçalves, 1008 - Centro	Privada	1994
Cine São Luiz	Rua Major Facundo, 500 - Centro	Estado do Ceará	2005
Prédio do Português	Av. João Pessoa, 5094, Bairro Damas	Privada	2012
Instituto Municipal de Pesquisa Administração e Recursos Humanos - Imparh	Av. João Pessoa, 5609 - Damas	Município	2012
Antiga Sede do Sport Club Maguary	Rua Barão do Rio Branco, 2955	Privado	2012

Quadro 6 – Imóveis tombados pelo município

(conclusão)

Nome	Endereço	Entidade proprietária	Ano do tombamento
Colégio Cearense do Sagrado Coração (Colégio Marista)	Av. Duque de Caxias, 101 - Centro	Privado	2015
Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará	Rua Oto de Alencar, 215 - Centro	Estado do Ceará	2006
Farmácia Oswaldo Cruz	Rua Major Facundo, 576 - Centro	Privado	2012

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Secultfor.

Nos itens seguintes, resumem-se vinte e cinco imóveis no Centro Histórico. Os bens foram escolhidos pela sua proximidade e possibilidade de se fazer um roteiro turístico. Todos são públicos e tombados, exceto o Hotel Excelsior, pois é de propriedade particular, e, atualmente, está sendo submetido ao processo de tombamento pela prefeitura de Fortaleza.

Caminhar pelas ruas do bairro Centro traz a oportunidade de lembrar a história de Fortaleza através de seus prédios, praças e igrejas dos séculos XVIII, XIX e começo do século XX.

O tombamento é um instrumento de preservação das edificações, fundamental para manter a identidade da sociedade local. Se um prédio teve seu tombamento aprovado, é porque além de ser um importante representante da arquitetura de uma determinada época, ele também faz parte da memória. Pode ter sido residência de homens que fizeram a história da cidade ou pode ter sido apenas uma igreja que marcou a vida de gerações com casamentos, batizados e missas.

4.1.1 O Forte de Schoonenborch

Figura 3 – Forte Nossa Senhora da Assunção



Fonte: Luiz Nobre (2016).

O Forte de Schoonenborch, hoje Forte de Nossa Senhora de Assunção, é o marco inicial da cidade. A planta do Forte de Schoonenborch atribui-se a Matias Beck, militar holandês presente na ocupação do Ceará em 1649. O mapa mostra a costa de Fortaleza, da Bahia do Mucuripe à Barra do Ceará. O nome do Forte foi dado em homenagem ao governador holandês do Recife. A construção serviu para firmar, por alguns anos, o domínio holandês no Ceará.

As muralhas da antiga fortificação consideram-se Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), inscrito em três livros-tombos: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; e Das Belas Artes.

A estátua, no pátio é em homenagem a Martim Soares Moreno¹². O Forte está localizado em frente ao Mercado Central de Fortaleza.

No interior, existe complexo cultural diversificado:

- “Museu” e Panteon do Brigadeiro Sampaio (onde repousam os restos mortais do ilustre cearense, Patrono da Infantaria Brasileira);
- A praça com o Monumento em homenagem a Martim Soares Moreno

¹² Martim Soares Moreno - nasceu em Portugal em 1586 foi Capitão-mor do Siara (Ceará) defendeu os interesses da coroa lusitana no Brasil.

- O local onde, segundo a oralidade popular, ficou presa Bárbara de Alencar¹³.

Desde a posse portuguesa (1654) o Forte denomina-se de Forte de Nossa Senhora de Assunção. Na época, a imagem da Santa veio de Portugal sendo exposta no culto dos soldados e moradores do vilarejo.

A partir de 1942, o local é sede do Quartel-General da 10^a. Região Militar do Exército Brasileiro.

Com os reparos e melhoramentos executados de 1856 a 1886 (30 anos), a Fortaleza sofreu muitas modificações. Em 1860, o pavimento superior com emblema na porta externa frontal, contendo instrumentos de guerra e bandeiras nacionais, foi concluído. Em 1906, se bem que conservada, exigia alguns reparos urgentes. (10^a RM, *online*¹⁴).

O imóvel está em ótimo estado de conservação, podendo ser visitado pelos turistas ou residentes da cidade.

4.1.2 Passeio público

Figura 4 – Passeio público



Fonte: Luiz Nobre (2016).

¹³ Bárbara de Alencar - nasceu na Fazenda Caiçara, município de Exu – PE, de propriedade de seu avô Leonel Alencar Rego, patriarca da família Alencar. Participou do movimento republicano que eclodiu na cidade do Crato, avô do escritor José de Alencar.

¹⁴ Disponível em: < <http://www.10rm.eb.mil.br/index.php/historico><http://www.10rm.eb.mil.br>>.

A mais antiga praça de Fortaleza é a Praça dos Mártires, conhecida como Passeio Público. Construída no século XIX, em estilo neoclássico, é importante ponto de lazer da sociedade fortalezense. Historicamente, a praça constituiu importante centro de lazer e de encontro dos segmentos sociais do período, notadamente na *Belle Époque*.

Fruto do "aformoseamento" pelo qual passou a cidade no final do século XIX, o Passeio Público registra, em parte, a história da organização social da capital fortalezense. O local logo se transformou em ponto de encontro da sociedade, possuindo, já no século XIX, uma pista de patinação e um espaço reservado para as quermesses. Além disso, serviu de palco para acontecimentos importantes, como as reuniões dos grupos abolicionistas. Seu potencial paisagístico e reforçado pelas visuais do mar que proporciona aos seus usuários (DIOGENES; DUARTE JUNIOR, 2006, p. 159).

Na época, o local era dividido em três planos:

No plano mais afastado, onde atualmente se estende a Avenida Leste-Oeste, havia um lago, um quiosque, uma estatua de Netuno¹⁵; servia esse espaço para animais de pequeno porte. O segundo plano, que atualmente abriga a garagem da 10ª RM, pitangueiras, pitombeiras, fontes de água potável. O primeiro plano, o único ainda existente, aloja um coreto e estatuas de figuras mitológicas compradas em 1881 a Boris Freres. O Passeio Público foi oficialmente inaugurado em 5 de julho de 1880. (GUIA DE BENS TOMBADOS DO CEARA, 1995, p. 99).

Nogueira (1954) descreve melhor o terceiro

No 3º Plano, ainda mais abaixo, mas um pouco acima do nível do mar, foi escavado um lago artificial alimentado pelas águas do riacho Pajeú, onde pela tarde e pelas noites de luar vogava-se, cantando. As margens do lago eram revestidas de pedra vinda do Mucuripe; e bem ao centro, sobre uma coluna destas pedras, de tridente em punho, uma estatua de Netuno olhava e dominava o oceano (NOGUEIRA, 1954, *apud* CASTRO, 2009, p. 14).

Ao longo dos anos, atribuíram-se-lhe vários nomes: Campo da Pólvora, Largo de Fortaleza, Largo do Paiol, Largo do Hospital da Caridade, Praça da Misericórdia e, a partir de 1879, Praça dos Mártires, por ter sido palco da execução pública de revolucionários da Confederação do Equador.

Embora o nome oficial seja Praça dos Mártires, o local é conhecido pelos fortalezenses como Passeio Público. Durante anos a banda da Polícia apresentou-se lá. A praça, bastante frequentada por membros da Padaria Espiritual¹⁶, foi reformada nos moldes do Passeio Público do Rio de Janeiro.

Revitalizada pela prefeitura em 2007, atualmente é bastante frequentada pelos fortalezenses e turistas. A Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultor)

¹⁵ Essa estátua já não existe.

¹⁶ Padaria Espiritual – Sociedade literária liderada pelo escritor cearense Antônio Sales. Fundada em 30 de maio de 1892, reunia escritores, pintores e músicos na Praça do Ferreira.

promove shows e eventos como incentivo a utilização do espaço. Está em bom estado de conservação, com segurança e bom acesso de viaturas.

O Passeio Público foi tombado pelo Decreto-lei nº 25 de 30/11/1937 e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 13/04/1965, mantido pela Prefeitura, pela Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza (Sercefór).

4.1.3 Santa Casa de Misericórdia

Figura 5 – Santa casa de misericórdia atual



Fonte: <www.fortalezanobre.com.br>. (2016)

A construção da Santa Casa de Misericórdia iniciou em 1845, pela iniciativa do Presidente da Província, Coronel Inácio Correia de Vasconcelos, ficando as obras paralisadas entre 1847 e 1854, retomadas, porém, pelo presidente Padre Dr. Vicente Pires da Mota. A direção das obras ficou a cargo de Antônio Rodrigues Ferreira (Boticário Ferreira), Intendente da Cidade, concluindo-a em 1857. Entretanto, por falta de pessoal preparado, somente funciona a partir de 1861, sob a direção da Irmandade da Misericórdia. (SUCUPIRA, 1985, p. 213-218).

O terreno foi doado por D. Maria Guilhermina Gouveia, em frente ao Paio do Forte, onde hoje, localiza-se o Passeio Público, a construção foi concluída em 1857, com capacidade para 80 leitos, com o nome de Hospital de Caridade. Faltava,

no entanto, pessoal qualificado. E em janeiro desse ano, o Presidente da Província, Paes Barreto, cede salas e enfermarias à escola do Liceu, até 1861. Em fevereiro daquele ano, o Presidente da Província, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, entrega a Irmandade da Misericórdia a missão de administrar o Hospital e, em 14 de março de 1861, altera o nome para Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza.

Dr. Joaquim Antônio Ribeiro, natural de Icó, é o primeiro médico nomeado para a Santa Casa, em 12 de março de 1861. Formado em medicina pela Universidade de Harvard, Cambridge, na Inglaterra em 1853, é autor do “Manual das Parteiras”.

A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza está localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 20, rua que já teve seis nomes: Rua Nova, Rua Formosa, Rua Dom Luis, Rua nº 1 e Rua Paes de Carvalho.

A edificação de características arquitetônicas, na parte frontal, é de estilo neoclássico, com dois pavimentos, pelas laterais até um terço da extensão, com um pavimento somente. A área frontal tem 23 janelas no pavimento superior, e 22 no inferior. A reforma é de 1920, com o piso superior. O projeto é do arquiteto italiano Paschoal Fiorillo, conforme informação do sítio da Santa Casa, na internet.

Em 1925, dez anos depois da grande seca que aumenta o número de pacientes, a Santa Casa, firma-se como hospital de alta tecnologia, pioneiro no Estado, a introduzir o serviço de radiologia, com a inauguração em 29 de junho de 1925, do primeiro aparelho de Raios-X e primeiro serviço de urgência, até a construção do Pronto Socorro Dr. José Ribeiro Frota, em 1937.

Na década de 70 do século XX, fazem-se mudanças no estatuto, desligando a Diocese da administração. No período, tornou-se a maior escola prática de medicina no Ceará, contribuindo para a formação dos jovens médicos.

Hospital terciário de grande porte é a única unidade filantrópica de Fortaleza que atende 24 horas em emergência. Noventa e quatro por cento dos leitos são para pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS – e seis por cento, para particulares. Atualmente, oferece-se residência médica nas áreas de cirurgia geral, urologia e oncologia, conforme sítio da Santa Casa, na internet.

O prédio, em estado regular, precisa de pequenos reparos e pintura.

4.1.4 Cadeia Pública

Figura 6 – Cadeia pública



Fonte: Luiz Nobre (2016).

A primeira cadeia pública de Fortaleza foi construída no império, na Rua Senador Pompeu, 350, a construção tem estilo neoclássico, com vários elementos de arquitetura, friso, cornija, moldura, grade, gárgula (jacaré), nas fachadas. A obra teve início em 1850, concluída em 1866, idealizada pelo engenheiro Manuel Caetano de Gouveia, com dois pavimentos, no inferior, 28 celas. No pavimento superior, alojamento do carcereiro, arquivo, administração, refeitório e enfermarias. Em cada cela, 12 a 20 presos. Em 1967, iniciou a desativação, tendo esta sido concluída com a construção do Instituto Penal Paulo Sarasate, em 1969.

O Guia de Bens Tombados do Ceará, na edição de 1995, caracteriza-o da seguinte forma:

A edificação possui planta retangular nos dois pavimentos, simétrica a partir dos eixos de circulação n/s e l/w. Nas fachadas encontra-se uma sequência de janelas com vergas retas; a cada janela do pavimento térreo corresponde uma outra no pavimento superior. O acesso principal do edifício, tratado em arco pleno e fechado com grades de ferro, marca o eixo de simetria da fachada. Correspondente a esta porta de entrada acha-se, no primeiro pavimento, uma porta de madeira em iguais dimensões, protegida por um balcão de ferro forjado e arrematada por uma bandeira também de ferro. Encimando tal porta, observa-se um pequeno frontão contornado pela cimalha que acompanha a platibanda circundando todo o prédio. (GUIA DE BENS TOMBADOS DO CEARÁ, 1995, p. 63).

A antiga cadeia pública deu espaço para ao Centro de Turismo de Fortaleza, inaugurado em 31 de março de 1973 pelo governador César Cals. Das celas fizeram-se lojas de artesanato e o pavimento superior, adaptado para sediar a Empresa Cearense de Turismo (Emcetur). Extinto o órgão, passaram a funcionar Museu de Mineralogia, que expôs ao público riquezas minerais do solo e o Museu de Arte e Cultura Popular.

O prédio é protegido pelo Tombo Estadual segundo a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968, pelo decreto nº 15.319 de 17 de junho de 1982.

O prédio precisa de manutenção, limpeza e pintura. O estacionamento é bom e o acesso a viaturas também.

4.1.5 Estação Ferroviária João Felipe

Figura 7 – Estação ferroviária João Felipe



Fonte: Luiz Nobre (2016).

A primeira estação ferroviária - Estação Central – localiza-se em frente à praça Castro Correia, projetada e construída pelo engenheiro Henrique Foglare. Constituída com único pavimento, tem, na fachada central, colunas encimadas por frontão triangular e escadaria de acesso ao interior. Teve a pedra fundamental lançada em 1873, mas somente em 9 de junho de 1880, inaugurada. Segundo Artur Bruno e Airton Farias (2015), após reformas, passou a ser denominada Estação da Rede Viação Cearense, e, desde 1946, passou a ser chamada de Estação João

Felipe, em homenagem ao engenheiro ferroviário cearense, sendo este o seu nome até os dias atuais.

A Cidade tinha aspecto provinciano, conforme relato de Raimundo Menezes (1992), quando da chegada do primeiro trem à cidade.

No dia 3 de agosto de 1873, cerca de 8.000 fortalezenses - a quase totalidade da população da capital cearense de então! - vieram, meio assombrados, assistir, na Rua do Trilho de Ferro, hoje Tristão Gonçalves, a passagem barulhenta do primeiro trem que andou espantando todo mundo, na via pública, com o seu apitar estridente e esquisito.

Ainda ressalta Menezes(2002),

Nessa tarde, em experiência, a locomotiva "Fortaleza". Diante da multidão basbaque, pequenino trem, num êxito surpreendente, roda, cinco vezes, seguidamente, sob os mais entusiásticos aplausos, na estação Central, no antigo Campo d'Amélia, atual Praça Castro Carreira.

No terreno, funcionava o Cemitério de São Casimiro. Na época, as autoridades mandaram exumar corpos transferidos para o cemitério de São João Batista, em 1877. A mão-de-obra utilizada na construção da estação foi de retirantes da seca de 1877 a 1879. Segundo a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - Secult:

Sua construção fez parte de um conjunto de medidas no sentido de incorporar esta região do nordeste brasileiro ao mercado capitalista mundial, visto que as estradas de ferro em toda América Latina simbolizam a penetração do capitalismo e são utilizadas como meio de escoamento da produção das regiões mais distantes para áreas litorâneas, sendo daí exportadas (SECULT, *online*).

Hoje, a estação está desativada e, sob os trilhos deverá existir percurso subterrâneo da Linha Leste do metrô de Fortaleza.

Tombada pelo Estado pelo decreto 16.237/83, transforma-se em equipamento cultural.

O prédio encontra-se fechado e em péssimo estado de conservação. O acesso de viaturas é bom, mas, apesar disso não há segurança.

4.1.6 Teatro José de Alencar

Figura 8 – Teatro José de Alencar



Fonte: Google Earth.(2016)

O Teatro José de Alencar, na praça com mesmo nome, tornou-se ícone da arquitetura cearense, desde a fundação em 1910, no governo de Nogueira Accioly, cujo prefeito era Guilherme Rocha. Com capacidade para 776 pessoas, sintetiza na capital, ideais de civilização e progresso, do início do século XX. Cartão postal da cidade guarda importante legado cultural, histórico e arquitetônico. Construído pela lei nº 768 promulgada na segunda gestão de Antonio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921), em 1904, “foi encomendada a firma *Walter MacFarlane & Co.*, de Glasgow, por intermédio de *Boris Freres*, de Paris, a estrutura de ferro da casa de espetáculos” (DIOGENES; DUARTE, 2006, p. 181). A pedra fundamental do Teatro foi lançada em 1896 no centro da Praça Marquês de Herval, hoje Praça José de Alencar.

Na época, a construção ocupava uma área de 3.800m². O projeto arquitetônico básico do tenente Bernardo Jose de Mello (1868-1910), procurou mesclar sem definições mais precisas características de ordens clássicas como o corintio, “estilo corinthio”, preceitos do mesmo estilo, sacadas de ferro, estilo Renascença, platibanda de frontão interrompido, cabeça de mulher emoldurada numa concha. (*sic*). (CASTRO, 2010, p. 102).

Na visão arquitetônica, tem enorme riqueza de detalhes. No geral, porém, segundo o Guia de Bens Tombados do Ceará, são os seguintes:

O conjunto possui uma área construída de 3.800m² e formado por dois blocos: o primeiro, voltado para a Praça Jose de Alencar, e o *foyer*, de dois pavimentos, construído em alvenaria e pedra conforme o risco de Bernardo Jose de Mello, e o segundo, maior, nos fundos. (separados por amplo pátio interno). No bloco da frente funcionam o vestíbulo a bilheteria com o *foyer* no pavimento superior. Na fachada ha um pórtico, formado por quatro colunas, que compõe a entrada principal do edifício, com três portas em arco pleno e, sobre ele, um balcão com balaustrada. A fachada apresenta ainda um conjunto de duas portas e mais dois vãos cegos no piso inferior, todos em arco pleno. [...] O frontão é decorado com pináculos, apresentado, na parte superior, estatuaria nos cantos esquerdo e direito da fachada principal. As janelas do pavimento superior são em formato retangular, com ombreiras e arcos decorados e gradis em ferro. Nas duas laterais existem outros dois balcões com balaustradas decoradas com pináculos. (DIOGENES; DUARTE JUNIOR, 2006, p. 181).

Em 1918, fez-se-lhe a primeira reforma, com instalação elétrica e piso de betume do jardim trocado pelos ladrilhos hidráulicos. Em 1957, cadeiras austríacas, com assentos em palhinha, substituíram-se por poltronas de estofamento plástico. Na década de 1970, aguentou completa restauração. Na mesma época, fez-se o jardim lateral, projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx. O projeto arquitetônico original, feito pelo capitão Bernardo José de Melo, continha jardim, porém não executado, com o local do jardim foi utilizado, durante muitos anos, pelo Quartel de Cavalaria de Fortaleza

O teatro tornou-se ponto de encontro da elite que preferia assistir a peças de comédia, em detrimento de musicais, algo evidente já na estreia. É o que afirma Liberal de Castro:

Em 20, 25 e 28 de agosto, finalmente o Teatro conheceu atividades artísticas profissionais, quando ocorreram os concertos do violinista Nicolino Milano (1876-1962) e do pianista português Theophilo Russell (1875-1955), com frequência muito fraca. Na estreia, compareceu ao teatro uma fração, infelizmente, muito reduzida, da sociedade cearense, que, na sua maioria, (permitam-me a franqueza) praticou uma injustiça imperdoável, lastimava Carlos Câmara, em sua coluna Entrelinhas (REPÚBLICA, 22.8.10). Na Cidade, por certo, não havia público para concertos pagos de música erudita. Todos queriam “dramas”, embora preferissem comédias, comédias musicadas, e não concertos. (*sic*). (CASTRO, 2010, p. 141).

O prédio tem segurança interna, acesso adequado para deficientes físicos, está em bom estado de conservação, podendo ser melhorada a recepção. O entorno não oferece segurança e não há estacionamento.

4.1.7 Palacete Ceará

Figura 9 – Palacete Ceará



Fonte: Google Earth.(2016)

O Palacete Ceará é obra representativa das primeiras décadas do século XX, período em que Fortaleza se transforma e segue padrão arquitetônico europeu, na Rua Guilherme Rocha, 48, antes Travessa 24 de Janeiro, esquina com a Rua Floriano Peixoto, antes, Rua da Alegria.

Em 1913, o coronel José Gentil de Carvalho negocia com o governo o prédio do Ensino Mútuo de Fortaleza, no endereço, e o manda demolir. Em 1914 constrói o Palacete, com planta do arquiteto João Sabóia Barbosa, cujas linhas revelam elementos do ecletismo arquitetônico, com predominância do neobarroco¹⁷. O Palacete Ceará constava originalmente de amplos salões corridos, contíguos à escada de acesso, nos quais funcionava, no térreo, restaurante, conhecido por *Rôtisserie Sportman* e, nos andares superiores, Clube Iracema, núcleo de encontro da nova elite que se formava, conforme explica Ponte (1993, p. 148).

Em sua história, registraram-se as funções, desde a inauguração em 1914.

¹⁷ Este é o nome correspondente estilo um tanto arquitetônica e escultural, musical e literária, que são imitados as características do barroco, floresceu na segunda metade do século XIX. O seu aparecimento é baseado em uma reação contra a frieza acadêmica que prevaleceu em Paris, e muitas outras grandes cidades pertencentes ao continente europeu. (Revista ARQHYS.2012<http://www.arqhys.com/contenidos/estilo-neobarroco.html>).

Durante décadas serviu como ponto de encontro da sociedade fortalezense, quando foi palco de importantes acontecimentos da cidade, passando a conferir, desde a sua inauguração, maior destaque a Praça do Ferreira como local de convergência para a população. Abrigava no térreo a Rotisserie Sportman, com restaurante, sorveteria e casa de chá, onde se apresentavam orquestras. Nos pavimentos superiores funcionou, dos anos de 1920 a 1940, o "Clube Iracema", onde, num de seus salões, em 1922, foi instalada a Academia Cearense de Letras, pelo então Presidente do Ceará, Justiniano de Serpa. No mesmo ano foi também ali fundada a Associação de Imprensa do Ceará, a atual ACI. (DIOGENES; DUARTE JUNIOR, 2006, p. 146).

O imóvel é adquirido pela Caixa Econômica Federal, em 1945, com adaptações internas à agência de banco. Em 1982, grande incêndio destrói totalmente o interior do prédio mantendo a parte externa quase intacta, após o que, a ideia do Banco é demolir o prédio, mas reivindicações da sociedade fizeram o imóvel ser tombado pelo estado, conforme decreto nº 16.237 de 30/11/1983. Parte interna, reconstruída e a externa foi recuperada.

O prédio guarda momentos da história de Fortaleza, por exemplo, foi a visita do presidente Getúlio Vargas ao Ceará, homenageado no Palacete.

O prédio precisa de pintura externa, mas, seu estado de conservação é satisfatório.

4.1.8 Museu do Ceará

Figura 10 – Museu do Ceará



Fonte: Google Earth. (2016)

O Museu do Ceará abriga acervo de mais de 13 mil peças distribuídas em três importantes coleções que contam a história do Ceará: Paleontologia, Arqueologia/Antropologia Indígena e Mobiliário. É a primeira instituição museológica oficial, com acervo bastante variado, resultado de compras, sobretudo de doações de particulares e instituições públicas. Entre moedas e medalhas, há quadros, móveis, peças arqueológicas, artefatos indígenas, bandeiras e armas. Há também peças de "arte popular" e uma coleção de cordéis publicados entre 1940 e 2000 (950 exemplares). Alguns objetos se referem a "fatos históricos", escravidão, movimento abolicionista e movimentos literários, a famosa "Padaria Espiritual", que entrou para a História da Literatura Brasileira com especial destaque.

O Museu do Ceará localiza-se ao lado da Praça General Tibúrcio, popularmente chamada Praça dos Leões. A edificação é a mistura da influência neoclássica, na fachada, com acesso principal marcado com colunatas dóricas. A planta baixa retangular apresenta dois pavimentos. "Possui quatro colunas também em pedras, com entablamento dórico-romano. Esse pórtico sustenta o balcão com balaustrada, para onde se abrem três janelas rasgadas, situadas abaixo do frontão que possui o brasão da República no tímpano." (GUIA DOS BENS TOMBADOS DO ESTADO DO CEARA, 1995, p. 55).

O prédio foi inaugurado em 04 de julho de 1871 para funcionamento da Assembleia Legislativa, com o nome de Palacete Senador Alencar, em homenagem ao político José Martiniano Pereira de Alencar. No governo de Getúlio Vargas (1937-1945), foi utilizado pelo Tribunal de Contas, no pavimento superior, e o núcleo do curso de direito da Universidade Federal do Ceará – UFC – no térreo. Posteriormente, a Assembleia Legislativa, até a mudança para a Av. Desembargador Moreira. Também lá teve função a Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Pública, Instituto do Ceará, Liceu do Ceará e Tribunal Regional Eleitoral. Em 1990, no governo Tarso Jereissati, o imóvel foi restaurado e entregue para o Museu do Ceará.

A edificação é protegida pelo Tombo Federal: Processo nº 863-T 72, Livro do Tombo Histórico, Inscrição nº 440, Fls. 72; Livro do Tombo das Belas Artes, Inscrição nº 502, data: 28 de fevereiro de 1973. É considerado o marco oficial do estilo neoclássico brasileiro. Segundo Nogueira Diógenes e Duarte Junior, no Guia de Bens Tombados do Ceará, edição de 2006:

A edificação, de dois pavimentos, apresenta linhas Neoclássicas, evidenciadas pela simetria, pelas colunas no frontispício, pela disposição das janelas e frontão triangular. Segundo o Prof. Arq. Jose Liberal de Castro, trata-se de edifício de risco erudito em correta linha Neoclássica, em que se sobressai o magnífico pórtico em pedra lioz portuguesa'. (DIOGENES; DUARTE JUNIOR, 2006, p. 93).

O prédio tem boa recepção, acesso a deficientes físicos ocorre pela entrada lateral, boa segurança e, de forma geral, o estado de conservação está satisfatório.

4.1.9 Sobrado Dr. José Lourenço

Figura 11 – Sobrado do Dr. José Lourenço após a restauração



Fonte: <www.fortalezanobre.com.br>. (2016)

O Sobrado do Dr. José Lourenço, lado par do quarteirão da rua da Palma, hoje Major Facundo, entre as ruas Castro e Silva e Senador Alencar é um dos casarões mais antigos de Fortaleza, construído para residência e consultório do médico sanitarista Dr. Jose Lourenço, no século XIX, posteriormente oficina de marcenaria, repartição pública (*Tribunal da Relação do Ceará, Prefeitura Municipal*) e espaço de repartições públicas, fábricas e até bordel. O luxuoso edifício apresenta

traços neoclássicos, ornado por azulejos, florões, rosáceas e telhado prismático de quatro águas. A fachada principal é coroada pelo frontão triangular, com tímpano preenchido por motivos ornamentais fitomórficos, e janelas de rasgo e de peito envoltas em arcos plenos nos segundo e terceiro pavimentos, respectivamente.

A restauração contou com o auxílio dos alunos da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu. Trabalho de restauração difícil: azulejos precisaram ser refeitos, mosaico hidráulico de procedência europeia, o lodo cobria detalhes e engastes, parte da pintura decorativa interna precisou ser refeita, o tempo corroe as tábuas corridas e fez interferências que precisavam ser corrigidas para que se tivesse o Sobrado de volta ao seu esplendor, explica à época, Domingos Linheiro, arquiteto coordenador dos trabalhos. Em 31 de julho de 2007, o Sobrado Dr. José Lourenço é inaugurado com nova identidade: novo centro cultural aglutinador das artes visuais do Ceará. O espaço abriga salas para exposição, auditório e café, consolidando-se local de convivência e difusão das artes visuais, possibilitando acesso gratuito da população à programação comprometida com a criatividade artística e inclusão cultural. O prédio está sendo mantido de forma satisfatória.

Figura 12 – Sobrado do Dr. José Lourenço antes da restauração



Fonte: <www.fortalezanobre.com.br>. (2016)

4.1.10 Palácio da Luz

Figura 13 – Palácio da luz



Fonte: Google.(2016)

O Palácio da Luz, antigo Palácio do Governo é um polígono com frentes para a rua Sena Madureira, Praça General Tibúrcio e Rua do Rosário e fundos para a rua Guilherme Rocha. Edificação do século XIX. Pertenceu à Câmara Municipal, passando para o Estado pela Provisão Régia de 27 de julho de 1814.

A parte oriental do edifício, onde funciona o gabinete do Presidente, é de um andar, em consequência da depressão do terreno, e a parte ocidental, térrea, destinada à Secretaria do Interior. O lado sul é ocupado pela residência dos Presidentes do Estado. Em 1847, o Presidente Ignácio Correia de Vasconcellos, fez uma muralha de 384 palmos de extensão para sustentar o aterro do largo do palácio.

O antigo Palácio da Luz, após múltiplos usos, transforma-se em Casa de Cultura de Raimundo Cella, a 1º de março de 1975. Protegido pelo Tombo Estadual, segundo a lei nº 9.109, de 30 de julho de 1968, pelo decreto nº 16.237, de 30 de novembro de 1983. Tombado duas vezes pelo decreto nº 15.631 de 23 de novembro de 1992.

Hoje, no local, funciona a Academia Cearense de Letras. O prédio está em bom estado de conservação, inclusive mantendo, originais, ambientes internos. Pode ser visitado e a entrada de cadeirantes é pela rua lateral.

4.1.11 Catedral de Fortaleza

Figura 14 – Catedral de Fortaleza



Fonte: Luiz Nobre.(2016)

Em 1726, constrói-se a igreja de Nossa Senhora da Assunção e de São José, no centro da Praça do Conselho, atual Praça da Catedral. Nesse local, na década de 1820, inicia a construção da Sé, concluída em 1854. Em 1861, com a instalação do Bispado, a Sé tornou-se catedral até 1938. Nesse ano, é demolida para construção da catedral, na gestão do Arcebispo de Fortaleza D. Manuel da Silva Gomes. A pedra fundamental é lançada em 15 de agosto de 1939. A Catedral (Igreja da Sé como conhecida) foi inaugurada em 1978, quase 40 anos após o início das obras, pelo cardeal arcebispo de Fortaleza, dom Aluísio Lorscheider. O projeto é de autoria do engenheiro francês Georges Mounier, com arquitetura gótica, possui torres de 75 metros de altura e utilizou vitrais franceses. A igreja abriga 5.000 pessoas, sendo terceira maior do Brasil.

A cripta da catedral foi inaugurada em 1962, com projeto do engenheiro Luciano Pamplona. Em 2011, reformada, com capacidade para 350 pessoas sentadas.

A catedral está em bom estado de conservação, com acesso para deficientes físicos na parte da frente e amplo estacionamento.

4.1.12 Prédio da Secretaria da Fazenda (Edifício Edson Ramalho)¹⁸

Figura 15 – Secretaria da fazenda



Fonte: Luiz Nobre (2016)

A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará ou simplesmente SEFAZ Ceará é uma das mais antigas instituições públicas da administração, com criação por meio da Lei nº 58, de 26 de setembro de 1836.

O prédio da SEFAZ teve a pedra fundamental lançada em 08 de julho de 1924, conforme Relatório do Desembargador Moreira da Rocha (1928), inaugurado em 27 de novembro de 1927. A construção inicia no governo do prefeito Ildelfonso Albano, com inauguração no governo Moreira da Rocha. A edificação tem o estilo eclético com influência do Renascimento Veneziano, em dois pavimentos com duas fachadas e adornos decorativos. Na entrada principal há uma escada de madeira com enorme vitral cujas margens estão simbolizadas as principais culturas da década de 1920 no Ceará, o algodão e o café.

Primeiro imóvel a ser tombado a nível estadual conforme decreto nº 15.084 de 12 de janeiro de 1982, no Governo do Cel. Virgílio Távora.

O prédio está em bom estado de conservação, precisando de pintura externa. Não tem acesso para cadeirantes e as visitas devem ser agendadas.

¹⁸ Edson Ramalho Paraibano foi Secretário da Fazenda de 1963 a 1964, no governo de Virgílio Távora.

4.1.13 Prédio da Alfândega

Figura 16 – Prédio da antiga alfândega



Fonte: Luiz Nobre.(2016)

O complexo foi projetado pelo engenheiro inglês John Hawksham, em 1883, e a execução da obra coube a Tobias Laureano de Melo e Ricardo Lange, construído em pedras e argamassa utilizando óleo de peixe.

Localizadas na esquina das Avenidas Pessoa Anta e Almirante Tamandaré, teve sua inauguração em 15 de junho de 1891.

O conjunto portuário fez parte importante da economia do Estado, peça fundamental do sistema de transporte interurbano, num elo com o transporte marítimo, para entrada, e saída de mercadorias.

O edifício constitui-se de grande bloco central de dois pavimentos. Destinado à administração do conjunto mercantil da aduana. Os dois blocos laterais pensados para armazéns, no lado leste, ligado aos armazéns, edifício também de dois andares destinados à administração do porto.

O acesso ao bloco principal se dá por dois grandes portões de ferro fundido, no centro do prédio, faces norte e sul. Os acessos internos se dão por esquadrias em madeira, com detalhes em vidro e bandeiras em ferro fundido. Algumas têm molduras de alvenaria, em forma de arco abatido, e outras, trabalho

em cantaria. Linhas horizontais marcam piso superior da edificação e a parte superior da fachada è arrematada pela platibanda com cimalha.

No interior, adornos e elementos estruturais em ferro fundido e forjado. No saguão, colunas metálicas com fuste cilíndrico, decoradas com capitéis coríntios, escadaria monumental dupla em dois lances, balcões, corrimão e gradis oriundos de Glasgow, escolhidos em catálogos da empresa Walter Mac Farlane.

O prédio original teve alterações com a chegada do Regime Republicano e na década de 1930, com a mudança de localização do porto para a enseada do Mucuripe, as atividades portuárias foram também transferidas e o prédio da alfândega passou a ser ocupado pela Receita Federal.

Na década de oitenta, o edifício foi adquirido pela Caixa Econômica Federal, que realiza obras de recuperação, após sua quase destruição pelo incêndio, em 1978. Edificação de indiscutível valor arquitetônico, o imóvel foi completamente reformado, conservando, entretanto, o aspecto externo inalterado, passou a funcionar como agência da Caixa.

Tombado pelo Patrimônio Estadual em 2005, e pelo IPHAN. Hoje funciona a CAIXA CULTURAL FORTALEZA, inaugurada em 2012. As áreas externas foram recuperadas na originalidade e internamente feitas adaptações: teatro, galeria de arte, sala de ensaio e oficina, livraria e jardim no pátio interno.

A Caixa Cultural é exemplo de utilização de espaços tombados. O prédio está em ótimo estado de conservação, com acesso de viaturas e pedestres. Possui estacionamento, segurança e boa climatização.

4.1.14 Solar Carvalho Mota

Figura 17 – Solar Carvalho Mota



Fonte: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/>>. (2016)

Solar Carvalho Mota, na Rua General Sampaio, esquina com a Rua Pedro Pereira, construído em 1907, serviu de residência da família do Coronel Antônio Frederico de Carvalho Mota. Reformado, foi alugado à antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, DNOCS. Em 1982, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) assina acordo com a Fundação Nacional Pró-Memória visando à restauração do imóvel e à futura implantação do Museu de Tecnologia do Combate as Secas.

A fachada principal tem a parte superior decorada pela balaustrada encimada por pináculos. Janelas superiores da fachada principal possuem balcão com gradil de ferro e apresentam formato em arco, encimado por outro arco decorado. A entrada principal tem formato semelhante e igualmente ornamentada, valorizada pela marcação de pilastras. Todas as esquadrias possuem vedação em veneziana (DIOGENES; DUARTE JUNIOR, 2006, p. 144).

Trata-se de exemplar da arquitetura adotada no início do século XX, englobando elementos de diferentes estilos arquitetônicos. O imóvel é tombado pelo IPHAN, atualmente em reforma.

4.1.15 Igreja Nossa Senhora do Rosário

Figura 18 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/>>. (2016)

A Igreja Nossa Senhora do Rosário foi construída em local afastado da vila de Fortaleza, hoje, Praça General Tibúrcio, ou como conhecida Praça dos Leões, feita em taipa pela comunidade negra, em 1730, como explica Menezes (1992, p.162):

É constante a tradição que um preto africano pelos anos de 1730 em diante erigiu uma capelinha a Nossa Senhora do rosário, no local em que se acha hoje a desse nome, a qual ficava um pouco afastada da vila. Esta era como toda construção daqueles tempos, de taipa e palha. Nela rezavam os pretos seus terços, novenas e outros atos de devoção.

Em 1755 foi reconstruída com pedra e cal. De 1821 a 1854, foi matriz, porque a Igreja matriz de São José estava sendo reconstruída. Vários corpos foram encontrados abaixo do piso. Na época, era costume enterrar pessoas em igrejas, pois não havia cemitério. Eles foram localizados na época da reforma, mas somente um túmulo foi identificado, do Major Facundo, político do partido Liberal assassinado pelos inimigos políticos, na residência em 1841, a pedido de sua esposa, sepultado em pé no interior da igreja. O prédio está tombado pelo Estado desde 1986.

A igreja precisa de limpeza e pintura mantém-se aberta grande parte do dia, sem nenhuma segurança.

4.1.16 Seminário da Prainha

Figura 19 – Seminário da Prainha



Fonte: Wikipédia (2017).

É uma instituição da Arquidiocese de Fortaleza fundada em 10 de outubro de 1864, Seminário Episcopal do Ceará, por Dom Luís Antônio dos Santos, primeiro Bispo, ao lado da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha em estilo neoclássico, na Av. Monsenhor Tabosa com av. Dom Manuel.

Teve papel de destaque na formação de cearenses, acolhia jovens de todos os lugares da província e de fora, que recebiam educação de princípios franceses. Os padres educadores eram franceses e utilizavam livros e manuais de teologia na língua francesa, como explica o Padre Edilberto Cavalcante, no discurso de inauguração da Faculdade de Fortaleza, continuação da missão do Seminário. Importante centro de formação do clero, no período de 1864 a 1963, período em que os lazaristas¹⁹ tinham a responsabilidade do Seminário.

¹⁹ **Lazaristas** ou ainda **Padres e Irmãos Vicentinos**, - sociedade de vida apostólica masculina fundada em Paris em 17/04/1625.

4.1.17 Solar Fernandes Vieira (Arquivo Público)

Figura 20 – Solar Fernandes Vieira



Fonte: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/>>. (2016)

O prédio do Arquivo Público foi construído em 1880 para residência da família Fernandes Vieira, na Rua Senador Alencar, 348, na confluência com a Rua Senador Pompeu.

O Governo Imperial adquire o prédio, em 1883, para sediar a Tesouraria da Fazenda, também a Receita Federal. Pertence à União, cedido ao governo do Estado, desde 1993 para o Arquivo Público.

A edificação, em estilo neoclássico, possui dois pavimentos com planta retangular e fachadas com marcações horizontais que definem a linha de piso do primeiro pavimento. Nas fachadas, 15 janelões no térreo e 19 sacadas no pavimento superior, platibanda marcada por frisos em todo o perímetro, conforme comentário a seguir:

Edifício de linhas Neoclássicas, possui dois pavimentos, com planta baixa regular e paredes de alvenaria autoportante. As fachadas têm marcações horizontais que definem a linha de piso do pavimento superior e outras verticais, em forma de cunhais, seus vértices. As portas e janelas do pavimento térreo são em madeira, com bandeirolas de ferro e arremates em arco pleno, executadas em pedra de lioz. O pavimento superior, as esquadrias tem desenho com caixilhos de vidro e venezianas, também com molduras formando arcos plenos e balcões guarnecidos com guarda corpo

de ferro fundido. A platibanda é marcada por frisos em todo o seu perímetro. (DIOGENES; DUARTE JUNIOR, 2006, p. 173).

O imóvel passa por reformas e ampliações, protegido pelo tombo Estadual nº 9.109, de 30 de julho de 1968.

4.1.18 Cine São Luiz

Figura 21 – Cine São Luiz



Fonte: Site do Governo do Estado do Ceara.(2016)

O Cine São Luiz teve as obras iniciadas em 1938, inaugurado em 1958 pelo empresário cearense Luiz Severiano Ribeiro. Funcionara no local o antigo cine Polytheama, conforme descreve o pesquisador Ary Bezerra Leite, no livro “A Tela Prateada”, durante 20 anos para conclusão, inaugurado com a exibição do filme “Anastácia, a princesa esquecida”, de Anatole Litvak.

A parte de cinema possui as seguintes características básicas, segundo Diógenes e Duarte, em Guia de Bens Tombados do Ceara:

Com dimensões avantajadas, o cinema possui capacidade para 1.500 lugares e seu palco foi concebido de forma a ser utilizado também como teatro. Toda a sala de projeção tem ornamentação com motivos egípcios, com minucioso trabalho de pintura e exuberância de cores fortes. O grande *hall* de entrada, ou saguão, também se destaca pela decoração suntuosa, revelando riqueza de detalhes, visível nos revestimentos dos pisos (em mármore Carrara) e da escadaria, na ornamentação do forro e nos lustres

de cristal, oriundos da antiga Tchecoslováquia. (DIOGENES; DUARTE JUNIOR, 2006, p. 110).

O requinte, no interior do cinema, é relembrado na reportagem do Diário do Nordeste, edição de 26 de março de 2008:

O Cine São Luiz trouxe a Fortaleza várias inovações no campo do conforto e das técnicas de projeção. Foi o primeiro a ter poltronas estofadas, ar condicionado perfeito e a implantar o então revolucionário Cinema Scope, com tela bem mais ampla do que a normal e o recurso do som estereofônico. Muita gente se assustou com os trovoes de “O Manto Sagrado” ecoando com intensidade por todo o cinema. Para os neófitos em modernos sistemas de som, era como se a tempestade ocorresse dentro da própria sala (DIÁRIO DO NORDESTE, 26 mar. 2008).

Foi tombado em 1991, pelo decreto nº 21.309, de 13/03/91, pelo Estado o prédio está em bom estado de conservação.

Em 1995, o Cine São Luiz sedia o Cine Ceará, principal festival de cinema do Estado. Em outubro de 2007 foi arrendado à Federação do Comércio do estado do Ceará, com o nome de Cine São Luiz – Centro Cultural Sesc Luiz Severiano Ribeiro, fechado em julho de 2010 e reinaugurado no dia 22 de dezembro de 2014 com exibição do mesmo filme da inauguração, Anastácia. Em outubro de 2011, o prédio foi adquirido pelo Governo do Estado do Ceará, onde se reabre como cine – teatro.

4.1.19 Estoril

Figura 22 – Prédio do Estoril



Fonte: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/>>. (2016)

O Estoril, na Rua dos Tabajaras, foi construído pelo comerciante pernambucano José Magalhães Porto, entre os anos de 1920 e 1925. Descendente de português, edifica sua casa na Praia do Peixe, Praia de Iracema na época, denominada de “Vila Morena”, homenagem à esposa Francisca Frota Porto, de apelido Morena. Construção em taipa, à base de argila e cascalho. Paredes armadas com madeira, portas e janelas com vidro importado da Europa.

Em 1942, o imóvel é requisitado pelos oficiais norte-americanos, transformado em cassino. Os estrangeiros tinham acesso exclusivo e o local ficou famoso pelas noitadas patrocinadas pelo governo americano, com danças jogos e shows de artistas famosos. Com o final da guerra os americanos retornaram a sua pátria e o cassino desativado.

Em 1948, dois portugueses, João Freire de Almeida e Antônio Português, alugaram a casa para instalação de restaurante, Restaurante Estoril, com especialidades de pratos portugueses. Até o final dos anos 1980, o bar e Restaurante Estoril fora ícone da boemia da Praia de Iracema. Em 1992, o prédio começou a ruir, período em que a prefeitura desapropria o imóvel, tombado como patrimônio cultural, no ano seguinte. Em 1994, o Município inicia a reconstrução, na administração do prefeito Antônio Cambraia. A casa foi reconstruída em alvenaria e concreto, sofrendo algumas alterações do projeto original. Inaugurada em 31 de maio de 1995, como Centro Cultural da Praia de Iracema. Em 2008 passou por outra reforma.

O prédio está em estado satisfatório de conservação e, desde junho de 2017 funciona a Secretaria de Turismo de Fortaleza..

4.1.20 Hotel Excelsior

Figura 23 – Hotel Excelsior



Fonte: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/>> (2016)

Primeiro “arranha-céu” de Fortaleza, inaugurado em 1931, com sete andares. Hotel de luxo, hospedou figuras ilustres e famosas, o cineasta Orson Wells, cantor americano Bidu Saião, tenor Tito Shipe, George Obrier, cantor das multidões Francisco Alves, Haroldo Silva, o presidente Juscelino Kubitschek, Pelé, Nelson Gonçalves, Altemar Dutra e outros. No último andar funcionava, no terraço, o *American Bar*, local utilizado pela sociedade para festas.

Localizado no cruzamento das ruas Major Facundo e Guilherme Rocha, na Praça do Ferreira, foi construído em estilo eclético de propriedade do empresário Plácido Carvalho. A decoração interna foi feita pela esposa Pierina Rossi, com mobília estilo Art-Nouveau, elevadores em madeira de lei, adornados com espelhos de cristais bisotados, resistem ao tempo. Cento e vinte apartamentos e 13 suítes. Passa por reformas, em 1975, com instalação de ar condicionado e telefone nos quartos.

Com a chegada dos hotéis à beira-mar, os clientes foram desaparecendo e os hotéis no centro da cidade entraram em declínio. Em 31 de dezembro de 1987,

sob pretexto de reforma temporária, o hotel foi fechado. É de propriedade particular e funciona no primeiro andar a sede do consulado da Hungria.

Durante o Natal, o prédio é iluminado com o evento “Ceará Natal de Luz” e todo fim de tarde no mês de dezembro, recebe o “Coral de Luz”, composto pelas crianças que cantam músicas natalinas.

O prédio é utilizado pelo dono do imóvel. Funciona, no 1º andar, a imobiliária. De forma geral o prédio tem o estado de conservação satisfatório.

4.1.21 Hotel do Norte

Figura 24 – Hotel do Norte



Fonte: <www.fortalezanobre.com.br>. (2016)

Funcionou o antigo Hotel do Norte, no cruzamento das ruas Floriano Peixoto e Dr. João Moreira, construído no final do século XIX. Com sua desativação, abriga as instalações da Sociedade União Cearense e, entre 1895 e 1935, serve de sede para os Correios e Telégrafos. Posteriormente, adquirido pela “*The Ceará Tramway Light and power Co. Ltda.*”, companhia inglesa de exploração de energia elétrica e serviço de bonde da cidade, mais tarde pertencente à Companhia Elétrica do Ceará – COELCE.

Em frente ao passeio público, esquina das ruas Floriano Peixoto e Dr. João Moreira, a edificação tem planta de forma retangular, com dois pavimentos, ligados por escadaria trabalhada em ferro fundido, importada da Europa.

No interior, merecem destaque amplos salões do pavimento superior, que conservam o piso original, em tábua corrida. Construído no sistema de alvenaria autoportante e com cobertura em telha de barro e estrutura de madeira oculta pelas platibandas das fachadas, o prédio possui características da arquitetura eclética cearense.

A despeito de seguidas reformas e alterações, as fachadas mantêm linhas originais. Apresentam-se leves traços neoclássicos, em dois pavimentos e planta retangular. Fachadas com janelas com vergas em arco pleno, protegidas, no pavimento superior, pelos balcões em ferro fundido. A parte central superior da fachada principal apresenta armação também de ferro fundido marcando aberturas centrais. O coroamento das fachadas é feito por cornija e platibanda, na parte central, interrompida por elementos metálicos. O arremate é feito por pináculos. (GUIA DE BENS TOMBADOS DO CEARA, 1995, p. 111).

A Federação das Indústrias do Ceará (FIEC) adquire o imóvel, no final de 2001. Em 10 de setembro de 2014 o Museu é inaugurado, com proposta de valorizar e preservar a memória da história industrial cearense, bem como proporcionar espaço para novas tecnologias. Tem também ação educativa que contempla atividades relacionadas à pesquisa, educação e comunicação de objetos, documentos e imagens, estrutura muito boa, com equipe multidisciplinar formada pelos profissionais e estagiários de áreas de história, ciências sociais, administração, economia, pedagogia, dentre outros. Segundo a equipe, a visita educativa é trabalho que tem por objetivo principal estabelecer diálogo entre os objetos expostos e o visitante.

O prédio está em bom estado de conservação, é aberto ao público e tem bom acesso. No ano de 1995, foi tombado pelo patrimônio histórico do estado do Ceará.

4.1.22 Praça General Tibúrcio (Praça dos Leões)

Figura 25 – Praça General Tibúrcio



Fonte: Luiz Nobre.(2016)

Praça, entre as Ruas Visconde de Sabóia, General Bezerril e Conde D’eu, construída após forte chuva que carrega o aterro do Largo do Palácio do Governo. Para conter a erosão, a muralha foi erguida, além da construção de pilares e escadaria para a Rua de Baixo. Já foi Largo do Palácio, Pátio do Palácio, Praça do Palácio, em 02 de fevereiro de 1887 recebeu oficialmente a denominação de Praça General Tibúrcio, em homenagem ao General Tibúrcio²⁰, conhecida como Praça dos Leões.

Em 08 de abril de 1888, ergue-se a primeira estátua de Fortaleza, do General Tibúrcio. Em 1912, no governo do intendente municipal Ildefonso Albano, a Praça foi reformada e ampliada. Jardineiro do Rio de Janeiro organiza plantio de árvores nobres, como jacarandá, casuarina, araucária, palmeira, além de flores e plantas ornamentais. Nessa reforma, foram postas estátuas dos leões, importadas de Paris, com tombamento pelo Estado desde 1991.

A praça está bem conservada, na visita de fevereiro de 2017 verificou-se a presença de guardas municipais.

²⁰ Antônio Tibúrcio Ferreira Souza – militar de Viçosa do Ceará, que lutou na guerra do Paraguai.

4.1.23 Parque da Liberdade

Figura 26 – Parque da liberdade (cidade da criança)



Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2013).

O Parque da Liberdade foi inaugurado em 1890, com a urbanização da lagoa. Inicialmente “Parque da Liberdade”, em alusão à abolição da escravidão, teve nova denominação em 1922, Parque da Independência, em homenagem ao centenário da independência, no governo do prefeito Ildelfonso Albano. Para a homenagem, várias mudanças foram feitas. Na entrada principal, colocada estátua do índio liberto, em cimento armado, obra do artista Euclides Fonseca.

Marciano Lopes faz a descrição do parque, no livro *Royal Briar*:

Cidade da Criança, antigo Parque da Liberdade. Er, nos primórdios da cidade, a Lagoa do garrote. Muita vegetação, gramados, alamedas sinuosas e as minúsculas “casinhas” emolduravam o lago de águas cristalinas. Na liliputiana ilha, o monumento de Cupido, miniatura do Petit Trianon. (LOPES, 1989, p. 32)

No centro, lagoa denominada anteriormente “lagoa do garrote”, hoje, conhecida como “lago do amor”. Alimentada pelo rio Pajeú, pelo riacho garrote, era o principal meio de abastecimento de água de Fortaleza até o século XIX. Em 1923, a lagoa ganha muros baixos ao redor dando-lhe aspecto de lago artificial.

É conhecida como Cidade da Criança, a partir de 1937, com instalação da escola primária, dirigida pela professora Alba Frota.

Em 1940, o Parque é bastante frequentado, pelo restaurante, e espaço ao ar livre para corridas de bicicleta de patins e de jogue. Em 1948, na gestão do prefeito Acrísio Moreira da Rocha, publica-se lei renomeando Parque da Liberdade.

O parque tem área de 26.717 m², entre as ruas General Bezerril, Pedro I, Pedro Pereira e Avenida Visconde do Rio Branco.

O parque está satisfatoriamente conservado, com estacionamento próprio e acesso a viaturas e pedestres.

4.1.24 Palacete do Barão de Camocim

Figura 27 – Palacete do barão de Camocim em 2016



Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2016).

A casa do Barão de Camocim está situada próximo a Praça Clóvis Beviláqua, popularmente conhecida como Praça da Bandeira. Um dos mais antigos casarões da cidade, construído no ano 1880. Abrigo de quatro gerações da família de Geminiano Maia, cearense de Aracati, que ganha o título de Barão, no ano de 1893, das mãos do rei de Portugal, depois de vencer a pobreza e fazer fortuna importando artigos franceses. Entre titulações, Vice-Presidente da província do Ceará, Vice-Consul da Rússia e da Bolívia, como também o de grande comerciante. Geminiano Maia, casado com a francesa Rosa Nini Liabastre, Baronesa de Camocim, na França, no ano de 1879. Para morar com ela, o Barão construiu e

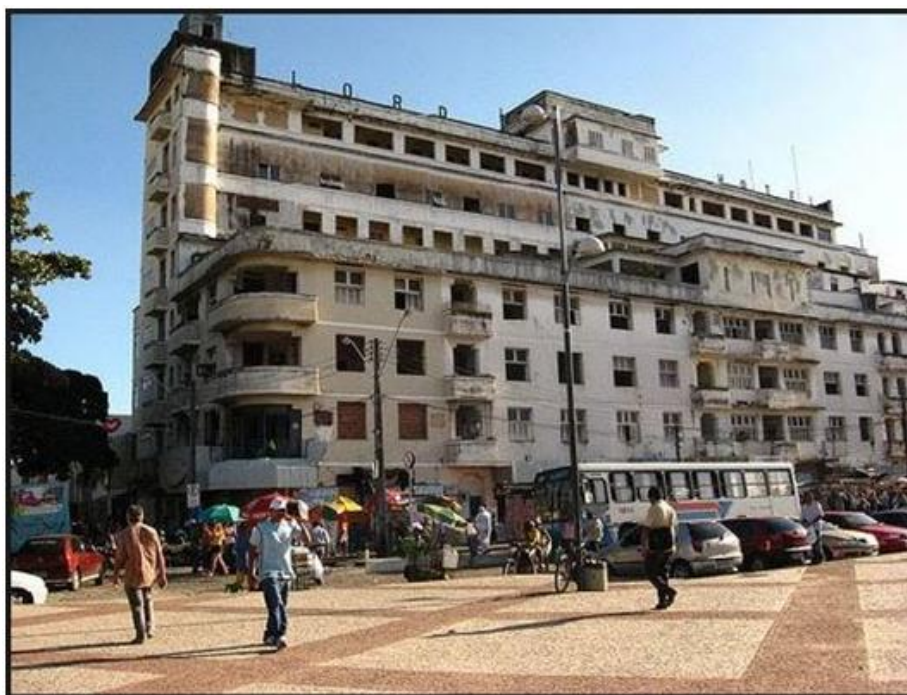
mobiliou a casa grande, com antiguidades da Europa, lustres, cômodas, cristaleiras, consoles, conversadeiras e mesinhas de costura.

O casarão pintado de amarelo, em estilo renascença, é de grande luxo destacando-se das casas à época: uma das obras arquitetônicas mais antigas. Móveis e adornos de requinte vieram da Europa.

Desapropriado, em 2006, pela Prefeitura, tombada pelo município em 2007. Os organizadores do evento de arquitetura “Casa Cor” escolheram a casa do Barão de Camocim para o evento em 2016, em homenagem aos 290 anos da cidade de Fortaleza. A Direção se comprometeu com a restauração do palacete.

4.1.25 Lord Hotel (Edifício Philomeno Gomes)

Figura 28 – Lord hotel (edifício Philomeno Gomes)



Fonte: <www.fortalezanobre.com.br>. (2016)

Lord Hotel, na Praça José de Alencar, na Rua Liberato Barroso, 555, centro, edifício construído pelo empresário Philomeno Gomes, nome dado ao prédio.

Inaugurado em 1956, em estilo Art-Déco, estrutura de concreto, com 8 andares e 120 apartamentos, teve o auge nas décadas de 1960 e 1970, considerado um dos hotéis mais luxuosos.

Arrendado a casal suíço até 1959, funcionou como hotel até 1992, depois como residência-hotel.

Em 2001, o Estado desapropria o prédio pelas obras do Metrofor e, em 2006, a Prefeitura aprova o tombamento.

O imóvel não pode ser visitado: uma placa indica estar em reforma.

4.2 RESULTADOS DAS PESQUISAS DE CAMPO

Sabe-se da complexidade dos processos de conservação de prédios históricos, pelos interesses contraditórios nos recursos financeiros. São questões de demolição e de espaço ao novo, manutenção para preservação da história. Cuidar do patrimônio histórico, sem a participação da sociedade, compromete qualquer proposta de requalificação e de conservação. É preciso despertar a consciência das pessoas para a importância de tais atos. Fazê-las entender, através de campanhas, visita às escolas, propaganda em televisão e rádio, da importância, para a memória do povo.

Entende-se viável a requalificação de espaços para o novo penetrar nas edificações e gerar recursos financeiros que deem suporte de manutenção dos espaços.

Considerando o tema: “O Patrimônio do Centro Histórico de Fortaleza e a viabilidade para o turismo urbano”, aplicaram-se os questionários a turistas, residentes e empresários, a fim de se verificar, com clareza, o que pensa a sociedade sobre o Centro Histórico de Fortaleza. Além, é claro, de se ter o grau de conscientização da população, suporte importante para manter viva a história de Fortaleza contada pelos prédios históricos.

Corroboram as entrevistas, visitas aos imóveis com o objetivo de conhecer o estado de conservação, verificar a acessibilidade, se há estacionamento próprio, se o prédio é aberto ao público, se há recepção para informação, se há climatização, se há banheiros para visitantes, se há literatura expositiva e se o prédio tem segurança própria.

Os resultados da pesquisa foram analisados por meio de gráficos e tabelas onde se comparam dados, de forma a se ter importantes constatações, peças fundamentais para o êxito da análise e conclusões.

- **Resultado das “Vistorias aos imóveis”**

A seguir, resultado da vistoria aos 25 imóveis visitados. A pesquisa mostra que acesso a viaturas é suficiente, na maioria dos imóveis, 84%, no entanto, em 76%, verificou-se não haver estacionamento, fator impeditivo de acesso.

Quanto à conservação, 16% estão em estado ruim de conservação, todos são tombados, exceto o Hotel Excelsior, com 44% em bom estado de conservação.

A literatura expositiva diz respeito ao meio visual de expor o bem, importante principalmente para museus e espaços culturais. Ela faz o resumo de tudo que o espaço oferece e breve histórico. Chegou-se ao resultado de que 92% não oferecem literatura expositiva. Os dados podem ser observados na tabela e gráficos seguintes.

Para vistoria, estabeleceram-se três conceitos: bom, suficiente e ruim. A última coluna é para dizer se o item não existe ou não se aplica ao imóvel analisado. Os números expressam, do total dos imóveis vistoriados, o percentual de cada item.

Tabela 1 – Vistorias aos imóveis

Itens	Bom	Suficiente	Ruim	Inexistente/Não se Aplica
Acesso Viatura	4,00%	84,00%	8,00%	4,00%
Estacionamento	4,00%	16,00%	4,00%	76,00%
Acesso a Cadeiras	4,00%	48,00%	4,00%	44,00%
Abertura ao Público	24,00%	44,00%	0,00%	32,00%
Recepção	4,00%	36,00%	0,00%	60,00%
Banheiro Público	8,00%	48,00%	12,00%	32,00%
Climatização	12,00%	28,00%	8,00%	52,00%
Estado de Conservação	44,00%	36,00%	16,00%	4,00%
Literatura Expositiva	0,00%	4,00%	4,00%	92,00%

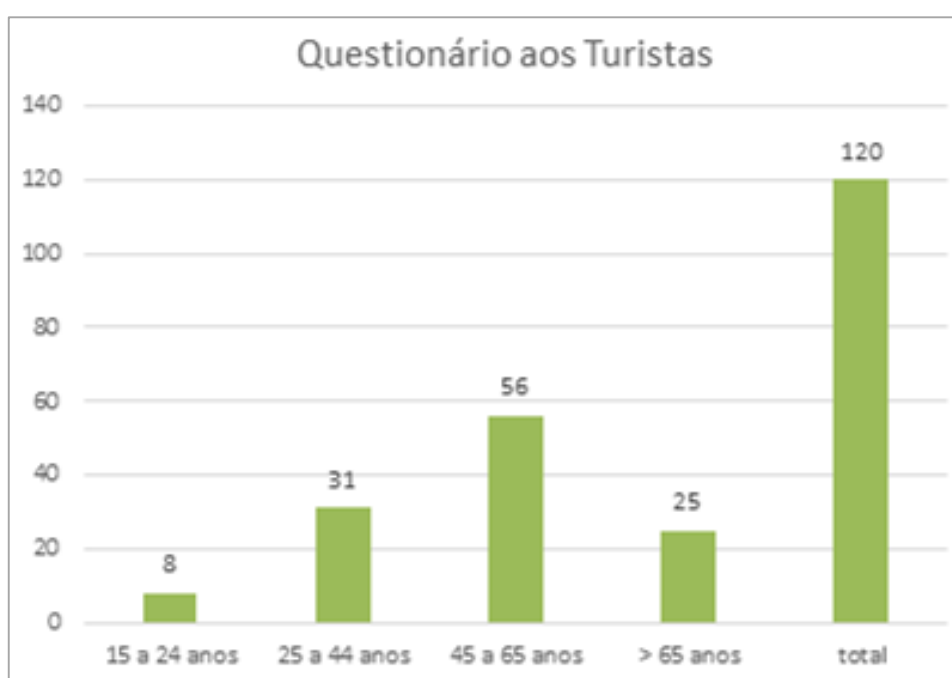
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa de campo

- **Resultado dos “Questionários com Turistas”**

Na sequência, resultado dos questionários com turistas, 120, objetivos, aplicados no aeroporto Pinto Martins, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2016, (Apêndice “A”).

O primeiro gráfico demonstra a faixa etária pesquisada, com 56% dos entrevistados na faixa etária de 45 a 65 anos.

Gráfico 1 – Gráfico por faixa etária do questionário aos turistas



Fonte: Elaborado pela autora.

Resultado das perguntas:

Na indagação “ficaria hospedado em Fortaleza?” 100% responderam sim;

Na indagação “veio a Fortaleza para passear?” o resultado: 59% para passear e 41% para outras finalidades (trabalho, visita a parentes, praias do interior do Ceará);

Na indagação “sabe o que iam conhecer?” resultado: 32% indicam não;

Na indagação “vai conhecer algum museu?” resultado: nenhum dos entrevistados;

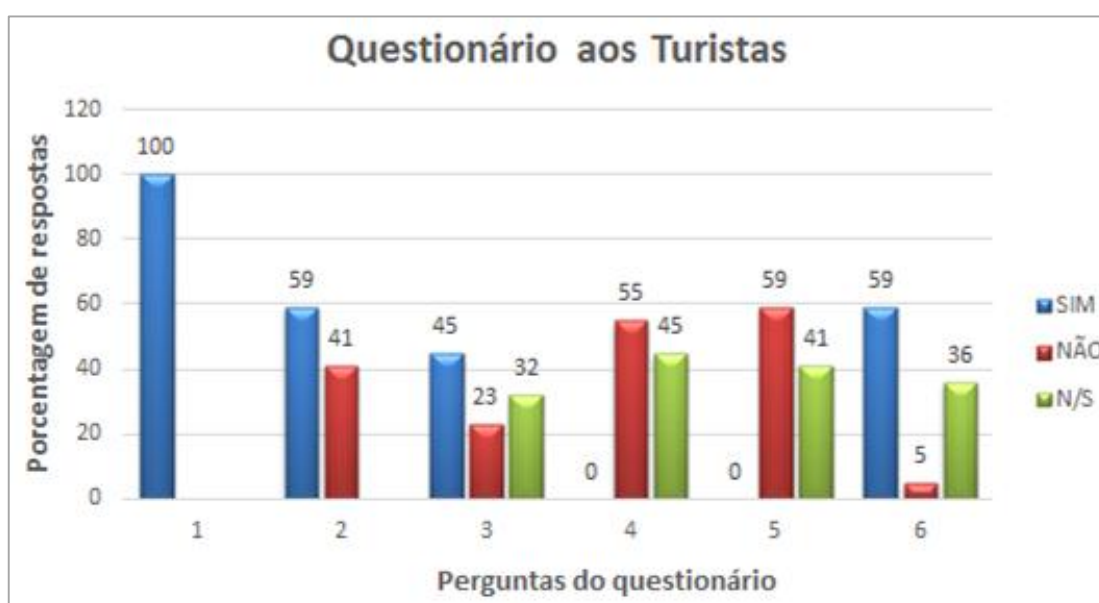
Na indagação “vai visitar o Teatro José de Alencar?” resultado: nenhum dos entrevistados;

E na indagação “tem interesse em conhecer a história de Fortaleza visitando Prédios antigos?” 59% dos entrevistados se mostraram interessados.

O último resultado aponta dado importante para o que se propôs pesquisar nesta dissertação, ou seja, a viabilidade do Centro histórico para o turismo. O resultado aponta uma possibilidade de atrair turismo para o Centro Histórico, precisando de um aprofundamento.

O gráfico abaixo demonstra a totalidade dos resultados:

Gráfico 2 – Gráfico dos resultados obtidos do questionário aos turistas



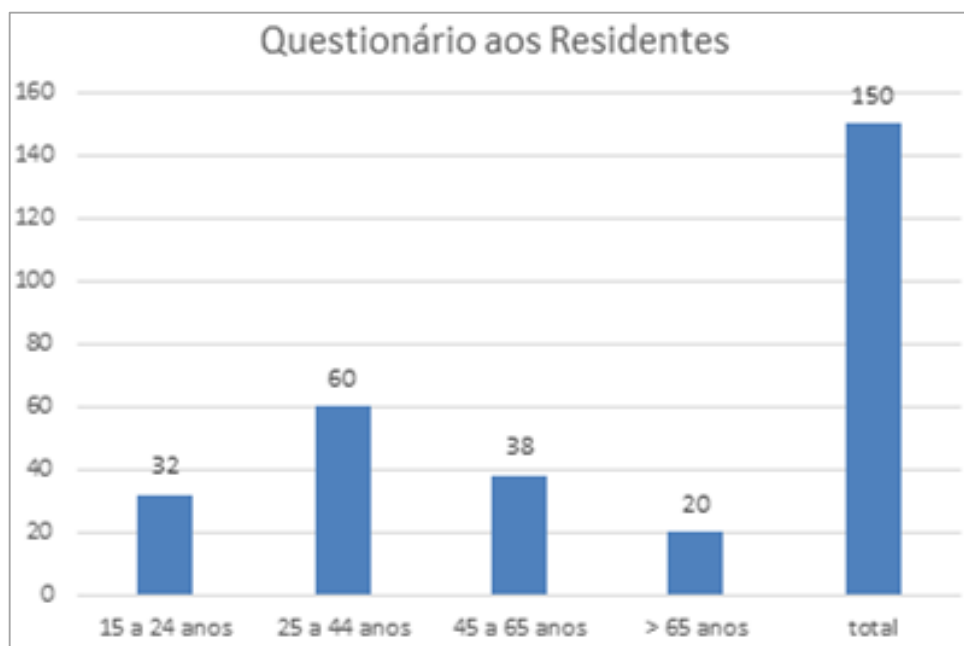
Fonte: Elaborado pela autora.

- **Resultado dos “Questionários com Residentes”**

Aplicaram-se 150 questionários objetivos a residentes, em uma faculdade particular, e centro comercial, na Aldeota, nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2016 (Apêndice “B”).

O primeiro gráfico indica a faixa etária pesquisada, com 60% dos entrevistados na faixa etária de 25 a 44 anos.

Gráfico 3 – Gráfico por faixa etária do questionário aos residentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Resultado das perguntas:

Na indagação “conhece o Teatro José de Alencar?” 72% conhecem o Teatro;

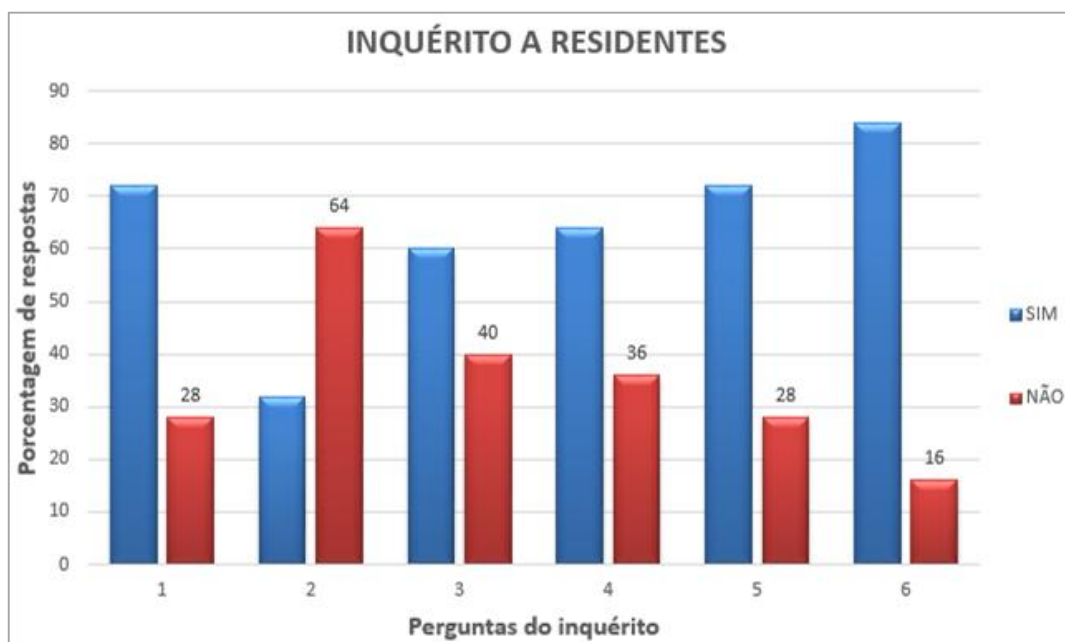
Na indagação “conhece o Museu do Ceará?” resultado: 36% responderam sim;

Na indagação “conhece a Estação Ferroviária João Felipe?” resultado: 60% conhecem;

Na indagação “sabe onde funcionou a antiga Alfândega?” resultado: 64% sim;

Na indagação “conhece o edifício do antigo Hotel Excelsior?” resultado: 72% sim, com destaque do coral das crianças apresentado na época do Natal;

E na indagação “tem interesse em conhecer a história de Fortaleza visitando Prédios antigos tombados?” 84% afirmaram sim. Resultado completo: gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Gráfico dos resultados obtidos do questionário aos residentes

Fonte: Elaborado pela autora.

- **Resultado do “Questionário às Empresas”**

Com questionário aplicado às empresas de turismo receptivo, numa amostra de 10 empresas, é o seguinte o resultado:

A pergunta sobre motivo de baixa inclusão de prédios históricos em roteiros turísticos; três empresas apontaram fator financeiro: o turista não tem interesse e não haveria lucro. Sete apontaram falta de segurança como fator principal. O financeiro é o lucro tido com o passeio.

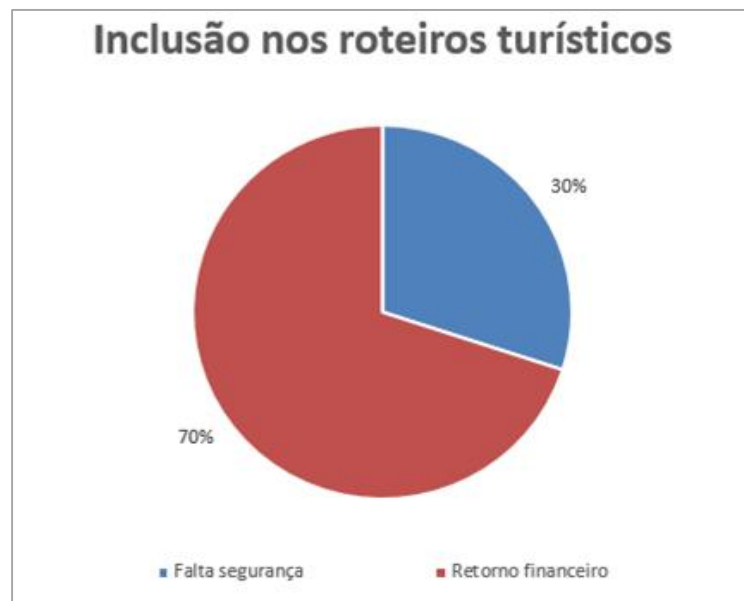
À “se incluíam o Centro Histórico nos roteiros a serem vendidos, caso houvesse acessibilidade (estacionamento e segurança)”, nove empresas responderam sim, havendo incentivo financeiro. Uma empresa disse sim sem acrescentar condição.

Indagadas sobre medida que autoridades públicas podem adotar para incentivo à inclusão do Centro Histórico nos roteiros, todas responderam que o governo deveria investir mais em segurança. Três colocaram que o incentivo financeiro (isenção ou redução da carga tributária) poderia ser dado pelo governo e todas salientaram a necessidade de estacionamento gratuito para vans e ônibus de turismo sem restrição de dia e de horário.

E à pergunta “conhecem os prédios que compõe do Centro Histórico?” todas responderam sim. (Apêndice “C”).

O gráfico abaixo representa percentualmente o motivo pelo qual os empresários não incluem do Centro histórico nos roteiros vendidos pelas empresas de turismo.

Gráfico 5 – Respostas dos empresários



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico seguinte representa as sugestões apontadas pelos empresários para tornar o Centro histórico de Fortaleza mais utilizado nos roteiros.

Gráfico 6 – Respostas dos empresários



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos gráficos, o setor privado não quer arriscar-se a levar turistas ao Centro Histórico, sem a participação do poder público como incentivador financeiro e garantidor de áreas de estacionamento, deixando claro que segurança é fundamental.

4.3 POSSIBILIDADES DO TURISMO NO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA – DIFICULDADE DE INSERÇÃO EM ROTEIROS TURÍSTICOS

O patrimônio histórico fortalece o turismo urbano e conseqüentemente o turismo cultural. O “turismo cultural” é segmento muito praticado na Europa, reconhecido como importante agente de mudança social e econômica (RICHARDS, 1996) e também no Brasil que possui patrimônio cultural diversificado. O turismo cultural, pela essência e natureza, implica procura pelas diferenças projetadas pela cultura material e imaterial (MARUJO, 2014).

É estímulo à recuperação de elementos culturais que caracterizam e identificam a comunidade no mundo globalizado (TOSELLI, 2006). O turismo cultural “pode contribuir para gerar uma tomada de consciência em relação à preservação do patrimônio, tanto tangível como intangível, compreendendo que este é a herança que o distingue e o afirma individualmente” (TOSELLI, 2006, p.176-177).

No Brasil, foi criada, em 2003, comissão, por iniciativa do governo federal, para estudar, debater e definir “turismo cultural”. O trabalho resultou no documento “marcos conceituais dos segmentos do turismo”, da seguinte forma:

Turismo Cultural compreende as atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.13).

Roteiros turísticos culturais consagrados, no Brasil, são comercializados mundialmente, cidades históricas de Minas Gerais e cidade de Salvador. É importante compreender a cultura como indutor de demanda turística, patrimônio cultural como fonte para o incremento de produtos turísticos, e posicionamento competitivo dos destinos e roteiros ofertados.

Mesmo com os casos bem-sucedidos, em municípios da federação, e comprovação de que a cultura atrai turistas, Fortaleza explora pouco o segmento.

Para trabalhar e desenvolver o segmento, antes de qualquer medida, é importante facilitar acesso ao centro, com as zonas de estacionamento e segurança.

Há sim acervo considerável de prédios históricos e fatos marcantes, relevantes para a história de Fortaleza.

Também, há deficiência na divulgação de prédios e do que funciona. A divulgação de Fortaleza restringe-se, basicamente, à venda de sol e praia. Reconhecendo o valor de atrativos da natureza, mas também a importância do Centro Histórico e seu rico potencial, há necessidade de inclusão em roteiros turísticos como forma de fortalecer o interesse pela preservação.

Por meio de entrevistas a empresários do turismo, tem-se que os “city tour” vendidos não fala muito do Centro Histórico, no máximo, da Catedral, Ponte dos Ingleses e poucos do Teatro José de Alencar. Não há investimento por parte do *trade* turístico no segmento cultural e o poder público age pontualmente, o que não traz resultados duradouros.

A sugestão sobre inserção do Centro Histórico de Fortaleza em roteiros turísticos é criar zonas específicas de estacionamento de carros, ônibus e vans. Proposta, escolher a Praça José de Alencar, que conta com amplo espaço, sem comprometimento do entorno. Guardas municipais fariam a segurança contínua da praça, assim, turistas e residentes podem deixar os veículos e percorrer o Centro e visitar prédios, museu, praça e teatro José de Alencar. Segurança constante, nos finais de semana, guardas utilizando bicicletas, em rondas a pé.

Disciplinar o uso dos calçadões: hoje tomados pelos ambulantes. As calçadas estão constantemente obstruídas pelos camelôs. A Lei Nº 7.987²¹ de 23/12/1996, é de uso e ocupação do solo:

CALÇADÃO - é a parte do logradouro público, destinado ao pedestre e equipado de forma a impedir o estacionamento e o trânsito de veículos, exceto quando dotado de ciclofaixa, tendo por propósito oferecer condições adequadas à circulação e lazer da coletividade;

É atrativo programação de danças folclóricas e de grupos de repentistas, museu e teatro. Na recepção do Teatro José de Alencar, exposição de fatos e explanação de curiosidades da cidade. Com recursos de multimídia, a mostrar imagens e informações sobre prédios. Exposição oferecida aos turistas no início do

²¹ Disponível em: <<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/legislacao-especifica/luos.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

“city tour”, com a visão geral da Cidade. Danças folclóricas, no final do passeio, como sugestão, no Centro Dragão do Mar.

Museu, espaço cultural, teatro com e literatura com resumo sobre o prédio e programação do espaço.

Também incentivo aos jovens a gostar de cultura e valorizar o antigo, com a criação de concursos nas escolas, públicas e privadas, envolvendo o tema além de inclusão da disciplina “Educação Patrimonial” na grade curricular.

A divulgação, no entanto é essencial para o sucesso das ações. E o governo investir na publicidade com ajuda da iniciativa privada.

Com todas as sugestões dadas, se não houver segurança, nada acontece. Na pesquisa de campo, é consenso, entre empresas, sobre a necessidade de segurança: não querem arriscar a levar grupos nem mesmo ao teatro José de Alencar. A violência assusta e as empresas têm pouco apoio dos governos estadual e municipal.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação estuda o Patrimônio Histórico do Centro de Fortaleza e a viabilidade do turismo urbano.

O centro tem grande número de prédios antigos, muitos com fachadas escondidas pelas placas e nomes de lojas, poucos reconstituídos e há alguns sendo restaurados, ou em obras paradas.

Verifica-se influência francesa no estilo Neoclássico, *Belle Époque* da segunda metade do século XIX. Estilos, *Art Nouveau*, *Art Déco* e prédios, se misturam, no que se convencionou denominar ecletismo. Todo o processo social, cotidiano, vivenciado pela sociedade influencia e deixa marcos na arquitetura da época. Espaços carregados de simbolismos da cultura devem ser valorizados. O valor histórico dos prédios antigos não pode ser mensurado em termos financeiros.

Buscou-se nos conceitos norteadores, apoio que balizasse a dissertação, principalmente no entendimento da importância da preservação e do que representa na cultura local.

Muito importante também foi conhecer as cartas patrimoniais, pois se tornaram referências nas questões de restauração, conservação, preservação e tombamento.

A legislação federal, na década de 1930, cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN – Lei 378/1937) e, por meio do Decreto-lei nº 25, organiza proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, por meio do tombamento de bens, marco inicial para preservação do patrimônio histórico. Estado e municípios também contam com legislação própria. Têm-se Prefeitura e Estado bem atuantes, pelas secretarias específicas que cuidam do patrimônio cultural. Faltam ações conjuntas e mobilização social.

Edificações antigas são agentes importantes para incremento do turismo, deixando estabelecida a segmentação do turismo cultural.

Requalificar prédios, hoje, abandonados, dá-lhes vida e, provavelmente, mudanças no entorno. O antigo poderá ser valorizado e respeitado.

Hoje, o centro resume-se a atividades terciárias, com pontos de lazer, poucas praças e, poucos moradores, ficando o bairro silencioso à noite. As pesquisas com residentes demonstram que muitos conhecem os imóveis antigos e representação para a cidade. Gostariam, porém de conhecer mais, no entanto,

foram unânimes em apontar a segurança como fator que os impede de visitar os imóveis. Fator também relevante, na opinião da maioria, é a acessibilidade, por exemplo, do teatro José de Alencar. E dificuldade de estacionamentos.

Pela análise da pesquisa de campo, realizadas, a sociedade e os poderes públicos precisam compreender a necessidade de revitalização dos prédios, além de periódica e constante manutenção. Nesse momento, o poder público precisa intermediar, junto à sociedade, pela ocupação de espaços. A maioria das pessoas passa nas calçadas e não têm a ideia do que representa o imóvel. Nos revitalizados, pouco se informa sobre o que funcionava neles.

O tombamento não dá garantia a conservação do bem. A memória da cidade precisa ser mantida e o tombamento é apenas mecanismo legal que impede a destruição e descaracterização com penalidades para quem pratica tais atos. Há imóveis antigos privados que, mesmo sem ser tombados podem ser revitalizados. O que é preciso é interesse da sociedade pela história da cidade, pela cultura. A revitalização faz a ponte entre o antigo e o atual.

Apontam-se sugestões nesta dissertação: criatividade e iniciativa dos poderes públicos e dos artistas, arquitetos, professores, empresários, sociedade interação entre as esferas, federal, estadual e municipal, além da educação patrimonial. A educação patrimonial é importante para que as crianças em formação incorporem o respeito pelos imóveis antigos.

REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1974.
- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1990.
- AZEVEDO, Miguel Ângelo de Nirez. **Cronologia ilustrada de Fortaleza**: roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.
- AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**. 2. ed. Fortaleza: UFC, 1992.
- BACELAR, Manoela Queiroz. **Tombamento**: afetos construídos. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Direitos Culturais, 2016.
- BARBOSA, Jaídon Correia. **A praia de Iracema dos anos 50**. Fortaleza: Premium, 2011.
- BARBOSA, Virgínia. Catedral Metropolitana de Fortaleza. **Pesquisa Escolar On-Line**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=763%3Acatedral-metropolitana-de-fortaleza-&catid=38%3Aletra-c&Itemid=1>. Acesso em: 09 jan. 2017.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- BARRETO, Margarida. **Planejamento e organização em turismo**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- BENEDITO, Francisco. **Caminhando por Fortaleza**. 3. ed. Fortaleza: SECULTFOR, 2012.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 8. ed. atual. São Paulo: Senac, 2003.
- BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC; Banco do Nordeste do Brasil S.A, 2004.

BEZERRA, José Augusto. **Arquivos de Barão de Studart**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. **Segmentação do Turismo**. Marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRUNO, Artur; FARIAS, Airton. **Fortaleza**: uma breve história. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2015.

CALS, Maurício. **O centro histórico de Fortaleza**: ensaio fotográfico. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

CAMARGO, Haroldo Leitão de. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARVALHO, Jader de. **Aldeota**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003.

CASTRO, José Liberal de. **Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 1977a.

_____. **Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1977b.

_____. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p.43-90, 1994. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1994/1994-ContribuicaoAdolfoHerbsteraaformaurbanadeFortaleza.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

_____. **Passeio público**: espaços, estatuária e lazer. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 2009.

_____. **O centenário do Teatro José de Alencar**. 1910-2010. Arquitetura e consagração. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 2010.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidadania, o direito à cidade e a Geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. In: CAVALCANTI, L. S.; PAULA, F. M. A. (Orgs.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007. p.81-104.

CAVÉM, Sónia Mara Calvinho dos Santos. **Centros históricos contemporâneos: mudanças de perspectiva na gestão - caso de estudo de Lisboa e Bruxelas.** 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura. **Mapa cultural do Ceará.** Disponível em: <>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Orgs.). **Turismo, território e conflitos imobiliários.** Fortaleza: EdUECE, 2012.

_____; _____ (Orgs.). **O turismo e a relação sociedade – natureza.** 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2014.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza.** 1988. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

DIAS, Larissa Reynoldes; MONTANHEIRO, Rebecca Bonomo. **Turismo como fator de crescimento e desenvolvimento do município.** 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/fatorcrescimento.html>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política de desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIÓGENES, B.H.N.; DUARTE JUNIOR, R. **Guia de bens tombados do Ceará.** Fortaleza: Secult, 2006.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO. **Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território.** Lisboa: DGOTDU, 2005. 406p.

FERREIRA, Claudio José Pinto; GOMES, Renato Santana; CARMO, Tatiane Aparecida Braga do; ALMEIDA, Valéria Zanetti de. A importancia do patrimônio histórico joseense. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2006, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos/SP: UNIVAP, 2006. p.1782-1784. Disponível em: <www.univap.br/univap/pro_reitorias/int_uni_soc/revista/RevistaUnivap24.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2016.

FISCHER, Tânia. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais - Salvador, BA, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v.31, n.3, p.74-88, maio/jun.1997. Disponível em: <

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7906/6573> >. Acesso em: 23 fev. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1977. 36p.

FORTALEZA (Município). **Plano Fortaleza 2040**. Fortaleza: IPLANFOR, 2016. Disponível em: < fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **São Paulo**: espaços públicos e interação social. São Paulo: SESC, 1995. 111p.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

FUNES, E. A. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

GASTAL, Susana. Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. In: GASTAL, Suzana (Org.) **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 117-130.

GIRAO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Presença II, 1992. 226p.

GUEVANE, Luiz. **G12-Geografia 12.^a classe**. Maputo: Texto Editores, 2010.

GUIA de bens tombados do Ceará. Fortaleza: Secretaria de Turismo e desporto, 1995.

HAAS, Alessandra; EDLER, Marco Antonio. A importância de preservar prédios históricos da cidade. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 15., 2010, Cruz Alta. **Anais...** Cruz Alta/RS: UNICRUZ, 2010. p. 1-11. Disponível em: <<https://patrimonioculturaldecriciuma.wordpress.com/2012/08/22/333/>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. Beco da Poeira é entregue após reforma. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 dez. 2015. Cidade. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/beco-da-poeira-e-entregue-apos-reforma-1.1454597>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LEAL, Vinícius Barros. **A colonização portuguesa no Ceará**. Fortaleza: UFC, 1993. 173p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178p.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. In: BEZERRA, Márcia; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. (Orgs.). **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006. 194p.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia. **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. 368p.

LOPES, Marciano. **Royal Briar – a Fortaleza dos anos 40**. 3. ed. Fortaleza: Tipogresso, 1989.

_____. **Fortaleza antiga**: praças, ruas, esquinas. Fortaleza: ABC, 1998.

LOPES JÚNIOR, Wilson Martins; SANTOS, Regina Célia Bega dos. Reprodução do espaço urbano e a discussão de novas centralidades. **RAEGA**, Curitiba, v.19, n.19, p.107-123, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/14827>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

LOSEKANN, Silvana. **Centro de Fortaleza - História do lugar ao descaso**. 2010. Disponível em: <<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/historia-da-lugar-ao-descaso-1.752047>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MARUJO, Noemi. A cultura, o turismo e o turista: que relação? **TURyDES – Revista de Turismo y Desarrollo**, Havana, v.7, n.16, p. 1-12, jun.2014. Disponível em: <>. Acesso em: 12 maio 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELO, Ranniery. Prédios históricos buscam resistência. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 ago. 2015. Cidade. Disponível em: <diarionordeste.verdesmares.com.br/.../predios-historicos-buscam-resistencia-1.1353...>. Acesso em: 01 fev. 2016.

MENEZES, Antônio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.

NOBRE, Geraldo. **A capital do Ceará**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta**. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.historia.ufc.br/admin/upload/COMPLETA.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção do patrimônio mundial de 1972**. [s/l]: UNESCO, 1972. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Patrimônio histórico no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/#c1048555>>. Acesso em: 27dez. 2016.

_____. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> >. Acesso em: 10 maio 2016.

PAULA, Flavia Maria de Assis. Goiânia: cidade cidadã? In: PAULA, Flavia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza (Orgs.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007

PESAVENTO, Sandra Jathay. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. **ArtCultura**, Uberlândia, v.4, n.4, p.26-37, jan./jun.2002.

PICCINATO, Giorgio. A Conservação dos centros históricos entre América e Europa: o caso brasileiro. In: PESSOA, José; PICCINATO, Gregório (Orgs.). **Dicionário de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993. 213 p.

_____. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004. 448p.

PONTES, Anna Maria de Lira. **Entre fragmentos: os ditos e não-ditos das ruínas patrimoniais**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> >. Acesso em: 12 set. 2016.

QUEIROZ, Raquel de; QUEIROZ, Maria Luiza de. **O nosso Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

RICHARDS, G. **Culture tourism in Europe**. Oxon, UK: CAB International, 1996.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do serviço do patrimônio artístico nacional. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.31, p.19-36, 1990. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70041>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lei n.378**, 13 de janeiro de 1937. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

SILVA, José Borzacchiello da. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SOUSA, Eusébio de. **Tibúrcio: o grande soldado e pensador**. Fortaleza: UFC, 1985.

SUCUPIRA, Luís. **Origem e desenvolvimento da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza**. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1985.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O tombamento no direito administrativo internacional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v.41, n.163, p.231-248, jul./set.2004. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/991>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

TOSELI, Claudia. Algunas reflexiones sobre el turismo cultural. **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, La Laguna, v. 4, n.2, p.175-182, 2006.

VILAR, José Wellington Carvalho. A velha e a nova centralidade intraurbana de Aracaju – SE. In: ENCONTRONACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002. p. 1-15.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionários para os turistas

1- **Idade**

15 a 24 anos

25 a 44 anos

45 a 65 anos

acima de 65 anos

2. Você ficará hospedado em Fortaleza?

SIM

NÃO

NÃO SEI

3. Você veio a Fortaleza passear?

SIM

NÃO

NÃO SEI

4. Você sabe o que vai conhecer em Fortaleza?

SIM

NÃO

NÃO SEI

5. Você irá visitar algum museu?

SIM

NÃO

NÃO SEI

6. Você irá visitar o Teatro José de Alencar?

SIM

NÃO

NÃO SEI

7. Você se interessaria em conhecer a história de fortaleza visitando alguns dos Prédios antigos que são tombados?

SIM

NÃO

NÃO SEI

APÊNDICE B – Questionário para os residentes

2- **Idade**

15 a 24 anos

25 a 44 anos

45 a 65 anos

acima de 65 anos

2. Você conhece o Teatro José de Alencar?

SIM

NÃO

3. Você conhece o Museu do Ceará?

SIM

NÃO

4. Você conhece a Estação Ferroviária João Felipe?

SIM

NÃO

5. Você sabe onde funcionou a antiga Alfândega?

SIM

NÃO

6. Você conhece o edifício do antigo Hotel Excelsior?

SIM

NÃO

7. Você se interessaria em conhecer a história de fortaleza visitando alguns dos Prédios antigos que são tombados, se tivessem acessibilidade e segurança?

SIM

NÃO

APÊNDICE C – Questionário aos empresários do turismo

1. Qual sua opinião sobre o motivo para a baixa inclusão de prédios históricos nos roteiros turísticos em Fortaleza?

R. _____

2. Você incluiria o Centro Histórico de Fortaleza nos roteiros turísticos, caso houvesse acessibilidade e segurança?

SIM

NÃO

3. Qual outra medida poderia ser tomada pelas autoridades públicas para incentivar a inclusão do Centro Histórico de Fortaleza nos roteiros a serem vendidos?

R. _____

4. Você conhece os prédios que compõem o Centro Histórico de Fortaleza?

R. _____

APÊNDICE D – Relatório de visita aos imóveis

NOME: _____

LOCALIZAÇÃO: _____

ANO DA CONSTRUÇÃO: _____

TOMBAMENTO : MUNICIPAL ESTADUAL FEDERAL

	BOM	SUFICIENTE	RUIM	INEXISTENTE	NÃO SE APLICA
ACESSO VIATURA					
ESTACIONAMENTO					
ACESSO CADEIRANTES					
ABERTURA AO PÚBLICO					
RECEPÇÃO					
BANHEIRO PÚBLICO					
CLIMATIZAÇÃO					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO					
LITERATURA EXPOSITIVA					
SEGURANÇA					